

Ref. Imediata: 2019.0112774 - Ofício 2ª PJTC nº 1.637/19

Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Itaboraí

1 - *Ab initio*, registramos a nossa ciência quanto aos termos do Ofício em referência.

2 – No que tange ao requerimento de auxílio veiculado na parte final do Ofício supracitado, cumpre observar que, após a análise da (i) “*relação de Procedimentos Administrativos para apurar o cumprimento do TAC I do COMPERJ*” (doc. constante do CD anexado), bem como (ii) das cláusulas do ‘Termo de Ajustamento de Conduta’ respectivo, verificamos que os seguintes procedimentos administrativos (“PA”) se afiguram estratégicos à luz da Resolução GPGJ nº 1.744/2012 e da Ordem de Serviço nº 01/2019 GAEMA:

2.1. PA 150/2019 – MPRJ nº 2019.00977739;

2.2. PA 152/2019 – MPRJ nº 2019.00978517;

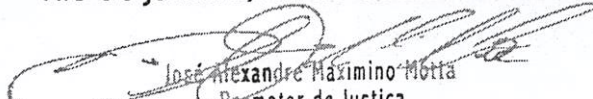
2.3. PA 162/2019 – MPRJ nº 2019.00978781;

2.4. PA 163/2019 – MPRJ nº 2019.00978778.

3 – Destarte, à Secretaria para, com urgência: (i) comunicar o i. Promotor Natural acerca dos termos da presente (enviar e-mail com cópia desta promoção em anexo); (ii) solicitar que o d. Promotor ratifique o requerimento de auxílio – se assim entender – especificamente em relação aos procedimentos mencionados no item 2 supra, encaminhando-lhe, outrossim, o formulário “padrão” para esta finalidade; e (iii) esclarecer que o formulário poderá ser enviado por e-mail (secgaema@mprj.mp.br) e preenchido de forma sucinta/simplificada, contemplando os quatro “PA’s” selecionados pelo GAEMA, sem necessidade de um formulário específico para cada procedimento (ou seja, poderá ser conjunto).

4 – Com a vinda da resposta ao item 3, abra-se nova vista para a formalização necessária ao deferimento do auxílio.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2019


José Alexandre Maximino Motta
Promotor de Justiça
GAEMA

Ofício 2ª PJTC nº 1.919/19

Itaboraí, 29 de outubro de 2019.

Ref: PA nº 163/2019 MPRJ 201900978778

Excelentíssimo Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o, cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência o procedimento administrativo em referência, conforme Formulário de Solicitação de Auxílio que segue anexo.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.


TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA**
Coordenador do GAEMA – Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do GAEMA
Avenida Marechal Câmara, nº370, 6º andar - Centro – Rio de Janeiro
Cep: 20020-080

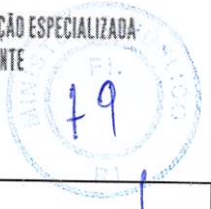
**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO - GAEMA****INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE**

Órgão de Execução	2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Membro solicitante	Tiago Gonçalves Veras Gomes
Matrícula:	3226
E-mail para contato	2pjtc.itaborai@mprj.mp.br
Telefone para contato	(21) 2645-6950

DADOS DO PROCEDIMENTO

1. Nº do MPRJ:	201900978778
2. EMENTA:	Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11.2, da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.00233
3. BREVE RELATÓRIO (Indicar p. ex. o objeto, as medidas tomadas, a existência de Pareceres Técnicos do GATE ou de outras instituições e demais aspectos relevantes da investigação/ação judicial)	Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11.2, da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. <u>A PETROBRAS, no referido item 5.1.11.2 da cláusula segunda, obrigou-se a “(...)de forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021</u>

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça
Matr 3226



3. EXISTE PERIGO IMINENTE DE DANO?	SIM	NÃO x
3.1 Caso a resposta seja positiva, informe o possível dano e sua extensão.		
4. HOUVE TENTATIVA EXTRAJUDICIAL PARA SOLUÇÃO DO LITÍGIO?	SIM x	NÃO
4.1 Caso a resposta seja positiva, informe o que foi realizado.	Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta objeto do presente procedimento administrativo	

5. JUSTIFICATIVA DO PEDIDO DE AUXÍLIO (vide Resolução GPGJ nº 1.744/2012)

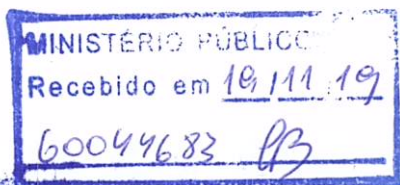
Trata-se de procedimento administrativo que apura o cumprimento da obrigação contida no item 2, da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023.

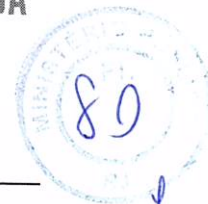
No dia 10 de outubro de 2019, esta Promotoria expediu o ofício 2ª PJTC nº 1.637/19 ao GAEMA oportunizando àquele festejado grupo de apoio especializado em meio ambiente que, se assim entendesse conveniente do ponto de vista estratégico para o MPRJ e para o próprio GAEMA, que indicasse quais PA's instaurados para apurar o cumprimento do TAC I DO COMPERJ aquele grupo teria interesse em prestar auxílio, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC.

Na oportunidade, o GAEMA respondeu ao pedido solicitando que este Promotor ratifique o requerimento de auxílio – se assim entender – especificamente em relação aos seguintes procedimentos: PA 150/2019 – MPRJ nº 2019.00977739; PA 152/2019 – MPRJ nº 2019.00978517; PA 162/2019 – MPRJ nº 2019.00978781; PA 163/2019 – MPRJ nº 2019.00978778, encaminhando o formulário “padrão” de solicitação de auxílio.

TIAGO BOCCALINI FERREIRA COMES
Promotor de Justiça
Matr. 226

Observações: (1) o requerimento de auxílio deverá ser instruído com cópias dos seguintes documentos mínimos: Portaria de Instauração (PIC, PP ou IC), Informações ou Pareceres Técnicos do GATE confeccionados e juntados aos autos; e promoções ou despachos “saneadores”, com eventuais retificações do objeto inicial; (2) o presente documento, quando enviado por e-mail ao GAEMA, deverá ser assinado eletronicamente pelo membro do MPRJ.





MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

TERMO DE CONCLUSÃO

Procedo, nesta data, abertura de vista dos Autos em epígrafe ao I. Promotor de Justiça Coordenador do GAEMA, Dr. José Alexandre Maximino Motta, em razão do recebimento.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Santana da Silva

Mat. 809801

*Sobre promoção / parecer em
favorado.
Em 25/11/2019*

José Alexandre Maximino Motta
Promotor de Justiça
GAEMA
Matr. 4870



GAEMA
MPRJ

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA
EM MEIO AMBIENTE



Ref. PA 150/2019 – MPRJ nº 2019.00977739; PA 152/2019 – MPRJ nº 2019.00978517;
PA 162/2019 – MPRJ nº 2019.00978781; e PA 163/2019 – MPRJ nº 2019.00978778.

Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Itaboraí

AUXÍLIO CONSENTIDO: PARECER¹ DE ADMISSIBILIDADE

1 - Trata-se de requerimento de auxílio veiculado pelo i. Promotor de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Itaboraí, solicitação esta veiculada inicialmente por intermédio do Ofício 2ª PJTC nº 1.637/2019 e posteriormente ratificada/formalizada por meio dos formulários padrões de auxílio do GAEMA, assim sistematizados quanto às suas respectivas “ementas”:

- **PA 150/2019 – MPRJ nº 2019.00977739:** *“Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 2, da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023”;*
- **PA 152/2019 – MPRJ nº 2019.00978517:** *“Apurar o cumprimento da obrigação contida no parágrafo 4º da cláusula primeira do TAC; item 3 (ii); item 3.1 (a); e item 5.2.5.1 da cláusula segunda do TAC; item 6.3 da cláusula terceira do TAC; parágrafo primeiro e parágrafo terceiro da cláusula quarta do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023”;*
- **PA 162/2019 – MPRJ nº 2019.00978781:** *“Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11; e no item 5.1.11.1 da cláusula segunda do TAC; no parágrafo 2º; no parágrafo 3º; e no parágrafo 4º da cláusula terceira do TAC pactuado entre o*

¹ Parecer “conjunto”, em razão da: (i) mesma origem (“TAC COMPERJ”) dos procedimentos; e (ii) afinidade do suporte fático-normativo entre os procedimentos em referência.

X



MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023”;

- **PA 163/2019 – MPRJ nº 2019.00978778:** *“Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11.2, da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023”.*

2 - A Coordenação do GAEMA, ao analisar os termos do Ofício 2ª PJTC nº 1.637/2019, lançou manifestação, devidamente comunicada² à Promotoria de origem, no seguinte sentido:

(...)

No que tange ao requerimento de auxílio veiculado na parte final do Ofício supracitado, cumpre observar que, após a análise da (i) “relação de Procedimentos Administrativos para apurar o cumprimento do TAC I do COMPERJ” (doc. constante do CD anexado), bem como (ii) das cláusulas do ‘Termo de Ajustamento de Conduta’ respectivo, verificamos que os seguintes procedimentos administrativos (“PA”) se afiguram estratégicos à luz da Resolução GPGJ nº 1.744/2012 e da Ordem de Serviço nº 01/2019 GAEMA: PA 150/2019 – MPRJ nº 2019.00977739; PA 152/2019 – MPRJ nº 2019.00978517; PA 162/2019 – MPRJ nº 2019.00978781; e PA 163/2019 – MPRJ nº 2019.00978778.

3 - Bem de ver que o i. Promotor Natural, em consonância com os termos da manifestação supra, encaminhou justamente os procedimentos previamente analisados e cuja especial relevância, para fins de análise preliminar quanto ao deferimento de auxílio, foi devidamente levada a efeito pela Coordenação do GAEMA. Para maior entendimento sobre as obrigações constantes do “TAC” e que foram sistematizadas (“agrupadas”) pelo órgão requerente - assim o fazendo por intermédio do instrumento que consideramos adequado (“procedimento administrativo” para fins de acompanhamento do TAC) -, colacionamos as suas respectivas redações, tal como plasmadas nas cláusulas:

² Por e-mail, cuja cópia foi devidamente adunado aos autos dos procedimentos em referência.



* PA 150/2019 – MPRJ nº 2019.00977739 (item 2, da cláusula 2ª do TAC):

Cláusula Segunda (...)

2) A PETROBRAS se compromete a depositar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, a importância de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, para que seja elaborado pelo ERJ o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, a partir de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da SEAS, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para abastecimento da região, com regular análise das alternativas locacionais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada. O Termo de Referência a ser feito pelo INEA/SEAS para tal plano deverá ser apresentado ao MPRJ, para fins de prévio e imprescindível consenso técnico antes de sua execução. Tal estudo deverá abordar todos os itens da conclusão da IT nº 239/2017 do GATE/MPRJ, inclusive sugerindo as alterações necessárias no projeto inicial da Barragem do Guapiaçu, a fim de tornar o projeto viável do ponto de vista ambiental e social. No momento seguinte, o órgão licenciador deverá observar a adequada avaliação dos impactos ambientais e sociais, além da justa e prévia indenização pela desapropriação (quando for o caso). Caso o valor do estudo seja inferior à importância depositada, o recurso sobressalente será utilizado em ações que aumentem a segurança hídrica do estado do Rio de Janeiro.

* PA 152/2019 – MPRJ nº 2019.00978517 (parágrafo 4º da cláusula 1ª; itens 3 (ii), 3.1 (a) e 5.2.5.1 da cláusula 2ª do TAC; item 6.3 da cláusula 3ª do TAC; parágrafos primeiro e terceiro da cláusula 4ª do TAC):

Cláusula Primeira (...)

Parágrafo Quarto - Após a conclusão do Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro previsto no item 2 da cláusula segunda, que incluirá a avaliação acerca das alternativas para abastecimento hídrico na região do Comperj, caso haja confirmação da implantação da Barragem de Guapiaçu como melhor opção, com as devidas e prévias alterações no EIA/RIMA próprio considerando o teor do estudo referido no mencionado item 2, ou outra solução que fora apontada pelo Plano, o Compromissário Estado do Rio de Janeiro deverá elaborar o projeto, obra e desapropriações, servindo dos recursos previstos na cláusula segunda, item 3, como apoio à sua implementação.

Cláusula Segunda (...)

3) A PETROBRAS se obriga a depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas a serem indicadas pelo beneficiário e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, respectivamente, as

X



importâncias remanescentes de: (i) (...) e (ii) R\$ 131.952,702,96 (cento e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos) para ações de execução do reforço hídrico da região (a ser definido a partir do estudo do item 2 anterior, sendo certo que na hipótese de eventual estudo apontar pela necessidade de implantação da Barragem do Guapiaçu, a efetiva intervenção somente será realizada pelo ERJ, com os recursos aportados, após o consenso técnico entre o INEA e o MPRJ acerca da proposta, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 (três) parcelas trimestrais iguais e sucessivas contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento, em atendimento à condicionante 32 conforme redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016

3.1) A título de atualização monetária dos valores acima referidos para esgotamento sanitário e reforço hídrico, a PETROBRAS se compromete ainda a depositar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, nas mesmas contas mencionadas acima (a serem indicadas pelo INEA ou pela SEAS e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, a importância de R\$ 30.753.172,38 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e trinta e oito centavos), que será utilizada da seguinte maneira: (a) a importância de até R\$ 13.744.020,00, para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região; e (b) a importância de até R\$ 12.903.617,28, para o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário.

5.2.5.1) Eventual saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA, na forma do item 3 da cláusula segunda.

Cláusula Terceira (...)

6.3) O INEA se compromete a realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico com os recursos disponibilizados no item 3.1 da cláusula segunda, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os valores previstos no item 3.2 da cláusula segunda;

Cláusula Quarta(...)

Parágrafo primeiro - Os valores para reforço hídrico e esgotamento sanitário, os quais serão depositados pela PETROBRAS em conta específica indicada pelo INEA, conforme previstos na cláusula segunda, se configuram valores estimados os quais poderão, no caso de não atingimento do total, ser remanejados pela SEAS, desde que restritos a ações de reforço hídrico e obras de esgotamento sanitário, tudo na mesma região.

Parágrafo terceiro - O estudo previsto no item 2 da cláusula segunda deverá servir como balizador acerca da necessidade de implantação da Barragem de Guapiaçu, assim como acerca da existência de alternativas mais eficientes para reforço hídrico da região. Eventual discordância acerca dos termos do estudo mencionado deverá ser fundamentada em documentação técnica e estudos relevantes, suficientes para embasar a revisão do estudo



anterior ou a tomada de decisão acerca de qual a melhor solução hídrica para a região, possuindo a SEAS e o MPRJ poder de veto em relação ao empreendimento a ser escolhido.

* PA 162/2019 – MPRJ nº 2019.00978781 (itens 5.1.11 e 5.1.11.1 da cláusula 2ª do TAC; parágrafos 2º, 3º e 4º da cláusula 3ª do TAC):

Cláusula Segunda (...)

5.1.11) Em relação à condicionante 8.4 - (i) Celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/SEAS, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do TAC, desde que o INEA já tenha: (i) informado à PETROBRAS as áreas que foram quitadas, com termo de quitação; (ii) enviado a minuta do TCRF antes da celebração do presente instrumento, com pagamento em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em 60 (sessenta dias) após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações não dadas por quitadas pela SEAS relativas à: (i) obrigação de restaurar 5.005,8 ha, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP nº FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP nº FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA nº 43/2009, no qual será estabelecido mecanismo financeiro de contribuição aos serviços ecossistêmicos, relativo ao quantitativo de áreas em hectares que não for dado como quitado pelo INEA, mediante depósito na conta do TCRF, nos prazos a serem estabelecidos no TCRF; (ii) condicionantes 30, 31, 32 e 33 da LI Nº 0016106 (LI Estrada de Acesso Principal); (iii) condicionantes 30, 31, 32, 33, 34e 35 da LI Nº IN020319 (LI UHOS); (iv) condicionantes 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da LI Nº IN023703 e e condicionantes 3, 4,e 5 da Averbação 002721 (Emissário); (v) condicionantes 38, 39, 40, 41, 42 e 43 da LI Nº IN024121 (DUTOS); (vi) condicionantes 37, 38, 39, 40 e 41 da LI Nº IN024202 (GASODUTOS); (vii) condicionante 25, 26, 27, 28 e 29 da LAS Nº IN025668 (LAS INOÃ); (viii) condicionante 5.2 da Licença Prévia IN001543 (Estrada de Acesso Principal); (ix) condicionantes 13, 14 e 15 da LI Nº IN024123 (LT 345 kV) ou a que vier a substituí-la; (x) Cap. 8.6 do Plano Básico Ambiental da Urbanização e da UPB.

5.1.11.1) Para que seja viabilizado o cumprimento do parágrafo quarto da cláusula terceira, que autoriza a SEAS/INEA a utilizar 10% (dez por cento) dos valores do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula 5.1.11 supra com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF, será estabelecido no instrumento que, quando do depósito no âmbito do mecanismo financeiro, este valor já seja separado para tal finalidade. Com efeito, será realizado um depósito específico no Fundo Mata Atlântica da importância de 10% para atendimento dessa finalidade, em 60 (sessenta) dias após a homologação do TAC. Tal valor será subtraído da importância total do TCRF.

A



Cláusula Terceira (...)

Parágrafo Segundo: O valor a ser depositado pela PETROBRAS relativo à cláusula (Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF) deverá ser utilizado em ações de restauração florestal na mesma bacia hidrográfica onde o COMPERJ está situado, salvo no caso de inviabilidade técnica devidamente justificada, hipótese em que, mediante anuência expressa do MPRJ, a compensação poderá beneficiar outra região.

Parágrafo Terceiro: Os valores depositados em razão do TCRF relativo à cláusula segunda item 5.1.11 deverão ser utilizados na forma da Resolução nº 143/2017 do INEA, devendo ser observados: (i) o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do depósito de cada parcela, para o INEA/SEAS apresentar os projetos que serão contemplados com os respectivos cronogramas físico/financeiro; (ii) o início da execução de tais projetos deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação dos projetos, sendo que o restaurador INEA/SEAS deverá monitorar periodicamente as áreas em restauração até o atingimento dos indicadores ecológicos estabelecidos para a quitação no Anexo II da citada Resolução, respeitando-se o período mínimo de 4 (quatro) anos, a contar da data de aprovação da Certificação da Implantação.

Parágrafo Quarto – A SEAS/INEA está autorizado(a) a utilizar até 10% (dez por cento) dos valores constantes do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula segunda item 5.1.11 para planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF.

* PA 163/2019 – MPRJ nº 2019.00978778: (item 5.1.11.2 da cláusula 2ª do TAC):

Cláusula Segunda (...)

5.1.11.2) De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.

4 – Pois bem. Conforme se pode extrair a partir da leitura atenta das cláusulas supracitadas, algumas circunstâncias lhes são comuns, dentre as quais destacamos as seguintes: (i) as obrigações versam, direta ou indiretamente, sobre a relevante questão da “segurança hídrica³”, notadamente na porção leste da Baía de

³ Impende observar que o Plano de Segurança Hídrica não se restringe à bacia hidrográfica em que localizado o COMPERJ, versando, de forma abrangente, sobre as demais Regiões Hidrográficas (RHs) do Estado do Rio de Janeiro.

A



Guanabara; (ii) as obrigações afetas à segurança hídrica dizem respeito não apenas às denominadas “soluções de engenharia cinza” (vide estudo em curso onde se cogita a implantação de barragens, vg. na microbacia do Guapiaçu), mas, também, ao que se convencionou denominar de “engenharia verde”, tais como as ‘soluções baseadas na natureza’ (“SBN”) consubstanciadas no reflorestamento e na conservação de grandes coberturas florestais para fins de regularização de vazão dos cursos hídricos/mananciais de abastecimento público; (iii) as obrigações estão lógica e sistematicamente correlacionadas no TAC, que ora as compreende no campo do ‘planejamento’ e ‘execução’, ora nos da ‘fiscalização’, ‘monitoramento’ e ‘prestação de contas’; e (iv) as obrigações correspondentes aos PA’s em referência, consoante se depreende das cláusulas correlatas, envolvem expressivo volume financeiro, superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)⁴.

5 – Não por outra razão, aliás, o TAC em questão – digno de elogio pelo brilhante e hercúleo trabalho desenvolvido pelo Promotor titular – foi divulgado em diversos jornais de grande circulação, sendo certo que por ocasião de sua assinatura participaram diversas autoridades do Estado, da Petrobrás, dos municípios beneficiados e, principalmente, dos Entes e Instituições partícipes – v.g. Exm^{as}. Governador e Procurador-Geral de Justiça. A propósito, vide matéria em anexo, extraída de <http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75201>.

6 – Acrescentamos, por oportuno, que as obrigações supracitadas também guardam profunda afinidade (v.g. territorial, probatória e finalística) com os pedidos veiculados em ACP (caso “Imunana Laranjal”) - processo nº 0236902-67.2017.8.19.0001 – promovida pelo GAEMA/MPRJ, cujo auxílio consentido pelo Grupo persiste. Nesse diapasão, confira-se o seguinte trecho da matéria (vide em anexo) publicada no portal do MPRJ⁵:

MPRJ obtém decisão que determina ao Inea e à Cedae a adoção de medidas para melhorar a qualidade do Complexo Imunana-Laranjal

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA/MPRJ), obteve decisão judicial que determina ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e à Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) a adoção de medidas para melhorar a qualidade socioambiental da bacia onde está localizado o Complexo Imunana-Laranjal, responsável pelo abastecimento dos

⁴ Em relação ao “TAC” como um todo, “o estimado de investimentos para executar as medidas previstas no termo é de R\$ 814 milhões. Já o valor das obrigações de pagar supera os R\$ 770 milhões”. Fonte: <http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75201>

⁵ Vide <http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/53480>

X



municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, além da Ilha de Paquetá.

A liminar obriga aos réus realizar, no prazo de 30 dias, o monitoramento da qualidade de água do barramento do complexo. Determina, ainda, que elaborem e apresentem, em 45 dias, projeto de reflorestamento (plantio e manutenção) do entorno do Canal de Imunana, sendo este projeto composto por um 'conteúdo mínimo' estimado no reflorestamento e conservação de 7 km² da faixa marginal de proteção do curso hídrico, além de um 'conteúdo adicional' (reflorestamento de outras áreas estratégicas) a ser definido numa integração entre os réus e o Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara. Por fim, a decisão ordena o cumprimento do que está previsto nas condicionantes da Licença de Operação (número IN024701) que tenham relação ao controle de enchentes, secas e inundações, com a realização de dragagens e manutenção das comportas no prazo de 45 dias.

A decisão foi proferida no âmbito da Ação Civil Pública ajuizada pelo MPRJ, em face da Cedae e do Inea, com objetivo de que o Inea seja compelido a exigir, nas atuais e futuras licenças de operação do Complexo Imunana-Laranjal, não apenas as condicionantes já previstas, como também a realização de estudos, projetos e monitoramentos, principalmente em relação à quantidade e qualidade da água, reflorestamento e sobre os impactos no local do empreendimento. Estima-se que ao menos 2,8 milhões de pessoas serão beneficiadas a partir da adoção destas medidas.

7 – No que tange especificamente ao “balanço hídrico” da região tutelada tanto pelo TAC quanto pela ACP, destacamos a seguinte informação consignada na causa de pedir da inicial desta última:

(...) Nesse contexto, não podemos ignorar, por exemplo, o teor do Ofício INEA/DIGAT nº 090/15, donde se extrai: “segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o sistema Imunana-Laranjal disponibiliza 5,5 m³/s para atender à demanda de 7,7 m³/s dos municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, isto é, a vazão disponível hoje já não atende à demanda instalada”. E, em seguida, traz um prognóstico nada animador, e que nos exorta ainda mais a não apenas preservar, como especialmente incrementar a qualidade ambiental da bacia hidrográfica ocupada pelo ‘sistema Imunana’: “o Plano Estadual aponta que, num cenário tendencial, a demanda hídrica para abastecimento urbano no ano de 2025 será de 3m³/s no município de Niterói e de 0,2 m³/s no município de Maricá. A estimativa de demanda para os três municípios atendidos pelo sistema Imunana-Laranjal (Niterói, São Gonçalo e Itaboraí) é estimada em 11,7 m³/s.”

8 – Portanto, não há dúvidas quanto à extrema relevâncias das obrigações previstas no TAC subjacente e que serão fiscalizadas no âmbito dos procedimentos cujos auxílios consentido ora se requer. No nosso entender, estão presentes os requisitos previstos no caput e no parágrafo 1º do art. 9º da Resolução GPGJ nº 1.744/2012 - v.g. no que tange à relevância institucional do auxílio -, bem como na Ordem de Serviço nº 01/2019 GAEMA, podendo-se conferir, em relação a esta última, o quanto disposto nas alíneas “c” e “d” do art. 3º:

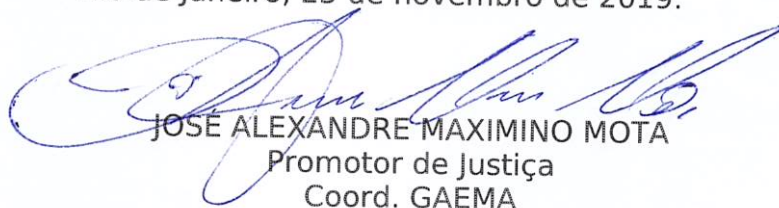


- c) Possibilidade, em caso de êxito nas medidas extrajudiciais ou processuais correlatas, de significativa potencialização, integração e ampliação dos benefícios socioambientais e dos serviços públicos em discussão, tais como: segurança hídrica à nível de uma ou mais regiões hidrográficas; melhoria regional dos serviços ecossistêmicos e ambientais; maior concretização dos princípios administrativos (eg. eficiência) e ambientais (eg. prevenção, precaução, poluidor-pagador, protetor-recebedor e universalização quanto ao saneamento básico) em determinada política ou instrumento previsto na legislação nacional e/ou estadual;
- d) Significativo número de pessoas - em tese beneficiárias ou passíveis de serem prejudicadas - envolvidas no caso específico, notadamente no âmbito das microrregiões e regiões metropolitanas instituídas;

9 - Destarte, manifestamo-nos, pela presente, no sentido do **DEFERIMENTO da PRESTAÇÃO DO AUXÍLIO** consentido pelo GAEMA, com a consequente adoção das medidas necessárias (e.g. chancela da Administração Superior e publicação no D.O.). Cumpram-se as formalidades de praxe, a começar pelo envio dos autos para a respeitável Assessoria Executiva do Exmo. PGJ.

10 - Dada a relevância do caso, comunique-se desde já à Promotoria de Justiça solicitante, com cópia desta promoção e mesmo antes da publicação ("deferimento do auxílio") no D.O, para fins de ciência.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019.


JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA
Promotor de Justiça
Coord. GAEMA

José Alexandre Maximino Motta
Promotor de Justiça
GAEMA
Matr. 4870

NOTÍCIA



MPRJ assina acordo com Petrobras e Estado do Rio para garantir investimentos e obras para a diminuição dos impactos ambientais e sociais do COMPERJ e a retomada do desenvolvimento da região

Publicado em 09/08/2019 21:17 - Atualizado em 10/08/2019 13:48

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, assinou, nesta sexta-feira (09/08), termo de ajustamento de conduta no escopo da ação civil pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023. Ajuizada pelo MPRJ no dia 26 de junho de 2018, em face da Petrobras, do INEA (Instituto Estadual do Ambiente) e do Estado do Rio de Janeiro, a ACP questiona o licenciamento ambiental do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), em função dos impactos decorrentes de seis principais fatos. Neste primeiro TAC, a Petrobras assume uma série de compromissos para restabelecer, promover e garantir o equilíbrio socioambiental nas áreas afetadas pelo COMPERJ. O estimado de investimentos para executar as medidas previstas no termo é de R\$ 814 milhões. Já o valor das obrigações de pagar supera os R\$ 770 milhões.

Saiba como foi a solenidade de assinatura do TAC (http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/solenidade_tac.pdf)

Os seis principais fatos que ensejaram a ACP são: (i) Unidade Petroquímica Básica - UPB; refinaria de petróleo do COMPERJ (TREM 1); (ii) Estrada Principal de Acesso ao

COMPERJ, (iii) Alto na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacú, Sambaetiba, Itaboraí pelo fluxo intenso de caminhões que levavam equipamentos para o COMPERJ; (iv) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS, nos Municípios de São Gonçalo e Itaboraí; (v) Barragem do Guapiacu no município de Cachoeiras de Macacu; (vi) Novas medidas de compensação/reparação, mitigação e recuperação ambiental em razão de irregularidades e ilegalidades na adequação da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ.

Vale destacar que, no histórico da atuação do MPRJ no caso, foram instaurados 11 inquéritos civis, entre 2008 e 2015, que ensejaram o ajuizamento, pela Promotoria do Meio Ambiente do Núcleo Itaboraí, de outras cinco ações coletivas relacionadas a outros empreendimentos que compõem o COMPERJ. Trata-se dos processos de números 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-89.2018.8.19.0023, 0009869-83.2018.8.19.0023 e 0006164-19.2014.8.19.0023, que tramitam na 1ª Vara Cível de Itaboraí.

Após a distribuição dos processos, o MPRJ, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar fechar acordo consensual. Em seguida, os demais réus (Estado do Rio de Janeiro e INEA) aderiram às tratativas para celebração do acordo. Foram realizadas reuniões quase que diárias sobre o assunto durante um ano, com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC. Assim, no dia 28 de junho de 2019, o MPRJ, o Estado do Rio e a Petrobras chegaram à minuta final do TAC agora assinado, no qual a empresa se compromete a destinar recursos para execução de obras e adotar medidas relevantes no campo socioambiental. Após a assinatura, o TAC foi submetido na presente data à homologação judicial pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí.

Como maior empreendimento individual da Petrobras, aponta o MPRJ que é preciso que se garanta no COMPERJ a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação e a proteção do meio ambiente, em especial nos municípios de São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí. Um dos pontos fundamentais do TAC é viabilizar a operação da UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural), cuja previsão de início de atividades é 2021, e a Refinaria (TREM 1), não sendo consideradas, neste primeiro acordo, as demais unidades operacionais inicialmente previstas. Dessa forma, ocorrerá o redimensionamento do empreendimento, com redução das consequências ambientais.

De acordo com o promotor de Justiça Tiago Veras, responsável pelas investigações, pelas ACPs e pelo TAC agora assinado, a atuação do MPRJ no caso COMPERJ possui, sobretudo, um viés preventivo, eis que o empreendimento ainda não



começou sequer a operar e o MPRJ se antecipou aos danos ambientais que certamente ocorreriam caso o COMPERJ fosse implantado da forma como autorizado inicialmente nas licenças ambientais.

O COMPERJ hoje é uma realidade. Já foram investidos bilhões. O MPRJ não requereu em momento algum a paralisação das obras, a suspensão do empreendimento ou qualquer medida que o inviabilize, ate porque reconhece a sua importância econômica e social, inclusive com potencial para ajudar a levantar o Estado da crise financeira por que passa. E mais: o TAC, com a concordância do Estado/INEA, procurou flexibilizar algumas condicionantes (com todas as cautelas legais e ambientais necessárias) para viabilizar o inicio da UPGN em 2021, como é o caso da utilização provisória no COMPERJ da outorga de água já existente do Rio Guandu, atualmente sob titularidade da REDUC, mediante uma serie de condições restritivas. Portanto, como se vê, o MP apenas pretende adequar a existencia e operação do COMPERJ a legislação ambiental e contribuir para que o complexo possa iniciar sua operação da forma mais célere possível com as cautelas necessárias, afirmou o promotor:

Assim, a solução das questões constantes das ACPs, por meio da celebração de acordo, corrobora com a proposta resolutive do MPRJ, que busca efetividade e celeridade em sua linha de atuação, em benefício a sociedade. O presente TAC representa relevante vitória, pois eventual decisão judicial transitada em julgado na ACP seria incerta e demandaria muito tempo. Finalmente, o termo de ajustamento atende aos anseios de todas as partes envolvidas, visto que representa significativo ganho ambiental e social para a população do entorno do COMPERJ, e também atende ao objetivo da Petrobras de viabilizar o início das atividades da UPGN e a resolução da pendência judicial.

Os compromissos assumidos no TAC.
(http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/detalhes_tac.pdf)

Acesse aqui a integra do TAC.
(http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/tac_comperj.pdf)

TAC

ACP

PETROBRAS

INEA

COMPERJ

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUITA

733 VISUALIZACOES*

Fonte: Google Analytics
(Dados coletados diariamente)

ANTERIOR

PGJ participa como palestrante do 14º Encontro de Controladores no TCE-RJ

(<http://www.mprj.mp.br/web/guest/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75011>)

PROXIMO

MPRJ oferece denúncia contra miliciano acusado de duplo assassinato em Belford Roxo

(<http://www.mprj.mp.br/web/guest/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75012>)

VER TODAS AS NOTÍCIAS (/busca?

p_p_id=mpribusca_WAR_mprjbuscaportlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_1&p_p_col_count=1&_mpribusca_WAR_mprjbuscaportlet.jspPage=2Fhtml%2Fview.jsp&_mpribusca_WAR_mprjbuscaportlet_exibicao_param-card&_mpribusca_WAR_mprjbuscaportlet_filtro_param=noticia
as)
col_id=column-

Noticias Relacionadas

Meio Ambiente

29/08/2018

MPRJ aponta que irregularidades nas licenças ambientais do Comperj causaram danos cuja reparação chega a R\$ 7,5 bilhões

(<http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/651072>)

p_p_state-maximized)



Noticias mais lidas

Consumidor

31/01/2018

MPRJ ajuíza ação para suspender a cobrança do IPTU 2018 no Município do Rio

(<http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/544012>)

p_p_state-maximized)



Cidadania

17/07/2017

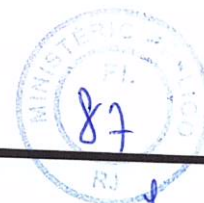
MPRJ obtém a suspensão de processo seletivo para preenchimento de 1.300 vagas na Prefeitura de Macaé

(<http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/445032>)

p_p_state-maximized)



Lucas De Almeida Peixoto



De: GAEMA - Secretaria
Enviado em: segunda-feira, 25 de novembro de 2019 16:40
Para: Tiago Gonçalves Veras Gomes; 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Itaboraí
Cc: GAEMA - Secretaria
Assunto: GAEMA - Promoção de Auxílio
Anexos: parecer de admissibilidade.pdf

Ref.: PA 150/2019 – MPRJ 2019.00977739; PA 152/2019 – MPRJ 2019.00978517; PA 162/2019 – MPRJ 2019.0978781; e PA 163/2019 – MPRJ 2019.00978778.

Exmo. Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Honrado em cumprimenta-lo e por ordem do Dr. José Alexandre Maximino Mota, Promotor de Justiça Coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente- GAEMA, sirvo-me do presente para encaminhar a Promoção Ministerial de Auxílio Consentido: Parecer de Admissibilidade.

Peço a gentileza de acusar o recebimento do presente e-mail.

Por fim, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

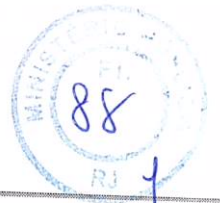
Respeitosamente,

Lucas de Almeida Peixoto

Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - GAEMA
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, 370, 6º andar, Centro
Rio de Janeiro/RJ
Te.: 2215-6464

GAEMA
MPRJ

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA
EM MEIO AMBIENTE



MPRJ 2019.00978778
PA 163/2019

ENCAMINHAMENTO

Em cumprimento ao r. despacho de fls.
81/85 do Exmo. Promotor de Justiça Coordenador
do GAEMA, Dr. José Alexandre Maximino Mota,
encaminho o MPRJ em epígrafe para Assessoria
Executiva.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019.

Lucas de Almeida Peixoto
Mat. 8301

MPRJ nº 2019.00978778**Fl. 89****VISTA**

Nesta data, submeto os presentes autos à apreciação
da Assessora Executiva da Procuradoria-Geral de Justiça.

Em 27/11/2019.

Fabiana Franco
Matrícula nº 3820

Tendo em vista a manifestação favorável da Coordenação do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA), lançada às fls. 81/85, defiro a solicitação de auxílio do GAEMA, formulada à fl. 78/79, para oficiar no presente expediente, com fundamento na Resolução GPGJ nº 1.744 de 22 de maio de 2012.

Publique-se.

Após, encaminhe-se o presente expediente à Coordenação do GAEMA para adotar as providências necessárias.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2019.

Mária Luiza Bezerra Cortes Barroso Miranda
Assessora Executiva da
Procuradoria-Geral de Justiça



29 (domingo)	Promotoria de Justiça de Miracema Voluntário: Matheus Gabriel dos Reis Rezende
30 (segunda-feira)	Promotoria de Justiça de Miracema Voluntário: Matheus Gabriel dos Reis Rezende
31 (terça-feira)	Promotoria de Justiça Criminal de Bom Jesus do Itabapoana MÁRCIO FERREIRA FERNANDES

* Feriado Municipal

Remove, a pedido, pelo critério de antiguidade, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2020, o Promotor de Justiça **WALTER DE OLIVEIRA SANTOS** da Promotoria de Justiça junto à 19ª Vara Criminal da Capital para a Promotoria de Justiça junto à 4ª Vara Criminal de Niterói, em vaga decorrente da remoção da Promotora de Justiça Adriana Miranda Palma Schenkel (Proc. nº MPRJ-SCOC – 50387/2019).

Remove, a pedido, pelo critério de merecimento, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2020, a Promotora de Justiça **SORAYA VIDAL TOSTES SALES** da Promotoria de Justiça Criminal de Araruama para a 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Teresópolis, em vaga decorrente da remoção da Promotora de Justiça Carla Tereza de Freitas Baptista Cruz (Proc. nº MPRJ-SCOC – 50412/2019).

Remove, a pedido, pelo critério de antiguidade, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2020, a Promotora de Justiça **CAROLINA MOTTA DA CUNHA GONÇALVES WIENSKOSKI** da 2ª Promotoria de Justiça de São João da Barra para a 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Angra dos Reis, em vaga decorrente da remoção da Promotora de Justiça Vania Cirne Manhães (Proc. nº MPRJ-SCOC – 50392/2019).

Remove, a pedido, pelo critério de merecimento, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2020, o Promotor de Justiça **MARCELO FABIANO ARAÚJO DOS SANTOS** para a 1ª Promotoria de Justiça junto à 1ª Vara Criminal Especializada da Capital, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.311, de 08 de novembro de 2019 (Proc. nº MPRJ-SCOC – 50386/2019).

Remove, a pedido, pelo critério de antiguidade, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2020, o Promotor de Justiça **LUÍS AUGUSTO SOARES DE ANDRADE** da Promotoria de Justiça de Investigação Penal de Itaboraí para a 2ª Promotoria de Justiça junto à 1ª Vara Criminal Especializada da Capital, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.311, de 08 de novembro de 2019 (Proc. nº MPRJ-SCOC – 50552/2019).

I ASSESSORIA EXECUTIVA

I DESPACHOS DA ASSESSORA

DE 27.11.2019

Processo nº MP-2019.00977739 – GAEMA – Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2019.00978517 – GAEMA – Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2019.00978778 – GAEMA – Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2019.00978781 – GAEMA – Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2019.01277567 – GAECO – Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2019.01278462 – GAECO – Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2019.01290226 – GAECO – Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2019.01290235 – GAECO – Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2019.01294925 – GAECO – Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2019.01290380 – GAESF – Defiro o auxílio.

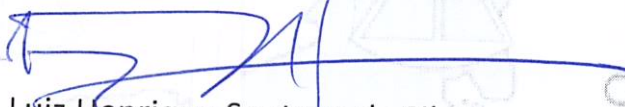
REMESSA	
Nesta data, fiz a remessa destes autos	
Em (ao)	GAZETA
Em	29/11/19
TMS 6699	

MPRJ 2019.00978517 – PA 163/2019

TERMO DE CONCLUSÃO

Procedo, nesta data, abertura de vista dos Autos em epígrafe ao I. Promotor de Justiça Coordenador do GAEMA, Dr. José Alexandre Maximino Mota, em razão do recebimento.

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2019.



Luiz Henrique Santana da Silva
Mat. 809801

- 1- Cont do movido
- 2- A Secretaria para juntar os documentos em anexo, "docs." e extrair do "cd" contendo o fl. 67-A.
- 3- Ao Cont. mo, contar a SENS/INER, por e-mail, durante reunião entre os dias 27 ou 28 de junho de 2020 para tratar do seguinte =>

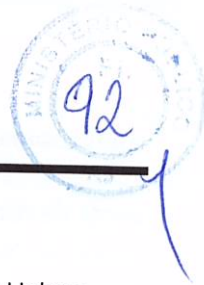
oratório: = demonstração quanto ao cumprimento da cláusula 5.1.11.2 do TAC, quanto ao cumprimento ("intramuros") a cargo da Petrobras.

4. Designada a data/horário, abre-se nova vista com antecedência de 24 horas para o envio.

L^o do Juízo, 26 de Janeiro de 2020


José Alexandre Maximino Motta
Promotor de Justiça
GAEMA
Matr. 4870

Lucas De Almeida Peixoto



De: GAEMA - Secretaria
Enviado em: segunda-feira, 6 de janeiro de 2020 16:28
Para: Lrtoliveira@gmail.com; Livia Soalheiro e Romano; Maria Helena Chianca <mhchianca@gmail.com> (mhchianca@gmail.com); rafaeldaudt@hotmail.com; flavis.oliver@gmail.com; eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br; subexec.seas@ambiente.rj.gov.br
Cc: Tiago Gonçalves Veras Gomes; GAEMA - Secretaria
Assunto: Solicitar agendamento de reunião

Ref.: MPRJ 2019.00978781 – PA 162/2019 (Apura o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11; e no item 5.1.11.1 da cláusula segunda do TAC; no parágrafo 2º; no parágrafo 3º; e no parágrafo 4º da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023);

MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019 (Apura o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11.2 do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023)

Assunto: solicitar agendamento de reunião

Prezados (as),

Ilmo. Dr. Eduardo Pires Gameleiro,

Ilmo. Dr. Leonardo Quintanilha,

Ilma. Dra. Maria Helena Chianca,

Ilma. Dra. Livia Soalheiro,

Ilmo. Dr. Rafael Daudt,

Ilma. Dra. Flávia de Oliveira Teixeira,

Honrado em cumprimentá-los, e por ordem do Promotor de Justiça, Dr. José Alexandre Maximino Mota, Coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - GAEMA, sirvo-me do presente para **solicitar agendamento de reunião**, no dia 27 ou 28 de janeiro de 2020, às 14:30 na sede do GAEMA, para tratar da seguinte pauta: (i) elaboração dos projetos a serem contemplados pelos recursos; (ii) metodologia dos futuros projetos e da conversão dos hectares em valores; (iii) seleção das áreas prioritárias; (iv) monitoramento dos projetos; (v) transparência e controle social quanto às obrigações de restauração; e (vi) demonstração quanto ao cumprimento da cláusula 5.1.11.2, quanto ao reflorestamento ("Intramuros") a cargo da Petrobras.

Gentileza acusar o recebimento do presente e-mail e, informar a data de preferência para reunião.

Por fim, aproveito o ensejo para manifestar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Lucas de Almeida Peixoto

Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - GAEMA

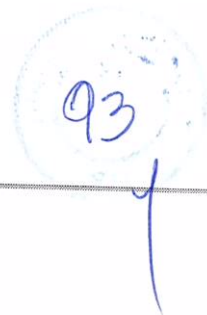
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Av. Marechal Câmara, 370, 6º andar, Centro

Rio de Janeiro/RJ

Te.: 2215-6464





MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

TERMO DE JUNTADA

Procedo, nesta data, juntada:

1. Dos documentos que vieram em anexo ao r. despacho de fl. 91.

Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2020.

Lucas de Almeida Peixoto
Mat. 8301.

 PETROBRAS	RELATÓRIO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO DE OBRIGAÇÕES		Nº RL-5400.00-0000-000-PHN-003
	INFORMAÇÕES DE ATENDIMENTO DO TAC REFERENTE A ACP Nº 9919-12.2018.819.0023 E NÚMERO DE PROCESSO NO INEA E-07/026.228/2019		
ITEM DO TAC:	OBRIGAÇÃO:		
5.1.11.2	<p>5.1.11.2) De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.</p>		
LICENÇA REFERÊNCIA: Licença Prévia FE013990 (AVB000621) - Comperj		PRAZO DE ATENDIMENTO: 30/12/2021	STATUS DE ATENDIMENTO: EM ATENDIMENTO
INFORMAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO DA OBRIGAÇÃO: <p>(i) Em andamento o contrato de serviços de restauração florestal e manutenção de 400 hectares de áreas pertencentes às bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribu, compreendido no intramuros do COMPERJ. Até o momento, foram implantados e mantidos 71,78 hectares, conforme Anexo I.</p> <p>(ii) Estão sendo executados a manutenção dos Aceiros.</p> <p>(iii) Plantio (já realizado) e monitoramento de 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além do manutenção dos 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, conforme relatório do Projeto (Anexo II).</p>			

DESCRIÇÃO DAS EVIDÊNCIAS DISPONIBILIZADAS:

Anexo I – Relatório Técnico Mensal do Projeto de Restauração Florestal.

Anexo II- Projeto Guapiaçu Grande Vida 2017-2019

DATA

DD/MMM/AA

RELATÓRIO TÉCNICO MENSAL DE MANUTENÇÃO DO PROJETO DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL / PRF



1. ENQUADRAMENTO DO PROJETO		
Razão da apresentação do PRF (X) AA () TAC () TCA () Voluntário () PSA () RL () CL () Outra: _____		Nº do processo (se houver)
Legenda: AA: Autorização Ambiental; TAC: Termo de Ajustamento de Conduta; TCA: Termo de Compromisso Ambiental; PSA: Pagamento por Serviços Ambientais;; RL: Reserva Legal; CL: Condicionante de Licença.		
1.1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE / PROPRIETÁRIO / EMPREENDEDOR (endereço para correspondência)		
Nome ou razão social do(s) responsável PETRÓLEO BRASILEIRO S.A		
RG	CPF ou CNPJ 3300016701-2541	
Endereço A1 da RJ 116 – Alto do Jacú (Samnaetiba)		
Município Itaboraí	Telefone (21) 2133-4123	E-mail Fr.oliveira@petrobras.com.br
1.2. IDENTIFICAÇÃO DO ELABORADOR EXECUTOR		
Nome ou razão social do(s) responsável Nova Floresta Serviços LTDA EPP		
RG	CPF ou CNPJ 041557530001-27	
Endereço Rua Joana Darc, 180 Interlagos		
Município Linhares/ES	Telefone (27) 99904-8067	E-mail adrianoambiente@hotmail.com

2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS E OPERAÇÕES DE CAMPO						
Nome da propriedade e endereço completo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ End. A1 da RJ 116 – Alto do Jacú – Itaboraí/RJ cep: 24841-203						
	Área total da propriedade (ha) 4500	Área total do compromisso (ha) 483,53	Área total do projeto (ha) 414,3	Área total implantação (ha) 71,78		
IMPORTANTE: INDICAR O PERCENTUAL EXECUTADO ATÉ O PRESENTE (em relação ao total da manutenção)					→ 17,32%	
2.1 SETORIZAÇÃO DAS ÁREAS EM RESTAURAÇÃO						
Setor	Gleba	Talhão	Data da implantação mm/aaaa	Técnica de implantação (PT; CR; EN; SD; TR)	Espaçamento (m x m)	Área (ha)
01	A	01	21/06/2019	PT	1,5 X 3,00	5,86

01	A	02	21/06/2019	PT	1,5 X 3,00	3,41
01	A	03	21/06/2019	PT	1,5 X 3,00	1,33
01	A	04	21/06/2019	PT	1,5 X 3,00	1,32
01	A	05	21/06/2019	PT	1,5 X 3,00	5,42
01	A	06	21/06/2019	PT	1,5 X 3,00	3,92
01	A	10	21/06/2019	PT	1,5 X 3,00	1,49
01	A	07	07/07/2019	PT	1,5 X 3,00	3,36
01	A	08	08/07/2019	PT	1,5 X 3,00	6,75
01	A	09	10/07/2019	PT	1,5 X 3,00	5,30
01	A	10	21/06/2019	PT	1,5 X 3,00	1,49
01	A	11	08/07/2019	PT	1,5 X 3,00	1,08
01	A	400	11/07/2019	EN	1,5 X 3,00	3,77
01	A	401	12/07/2019	EN	1,5 X 3,00	1,49
01	A	402	13/07/2019	EN	1,5 X 3,00	0,75
01	A	403	13/07/2019	EN	1,5 X 3,00	0,28
01	B	12	25/07/2019	PT	1,5 X 3,00	14,42
01	B	13	25/07/2019	PT	1,5 X 3,00	10,34
TOTAL (somatório referente à área total implantada)						71,78
Legenda: PT: Plantio total; EN: Enriquecimento; CR: Condução da regeneração; NU: Nucleação; SD: Semeadura direta; TR: Transplântio;						

3. CRONOGRAMA E FUTURAS ATIVIDADES		
FASE IMPLANTAÇÃO		
Atividades	Quando mm/aaaa	Onde (indicar o setor)
ROÇAGEM	07 e 08/2019	S1 GC
MARCAÇÃO LINHAS DE PLANTIO	08//2019	S1 GB: T 14 a 17
APLICAÇÃO DE CALCÁRIO	08/2019	S1 GB: T 16
		S1 GC
APLICAÇÃO DE HERBICIDA	07 e 08/2019	S1 GC
		S1 GB: T 16
CONTROLE DE FORMIGAS	07 e 08/2019	S1 GB: T 14 a 17
		S1 GC
PLANTIO	07 E 08/2019	S1 GB: T 14 a 17
		S1 GC

4. AVALIAÇÃO DO PROJETO
MONITORAMENTO MENSAL IMPLANTAÇÃO / FLORESTA



Parâmetros	Resultados Resultados do monitoramento
% Zoocóricos	76% de plantas Zoocóricas
Densidade (ind./ha)*	2248 mudas/ha
Infestação de gramíneas	10% de infestação
Infestação ou não de pragas	Controle de formigas cortadeiras
Indícios de deficiência nutricional	Não tem indícios
Irrigação	Irrigado em período de seca
4.1. ALTERAÇÕES DO PROJETO	
Certificação do polígono	Houve alteração no tamanho? (X) sim () não
	Houve alteração na forma? (X) sim () não
	Ver item 7
Lista de espécies	Houve alteração entre a lista de espécies do projeto e o plantio? (X) sim () não
	Ver item 6

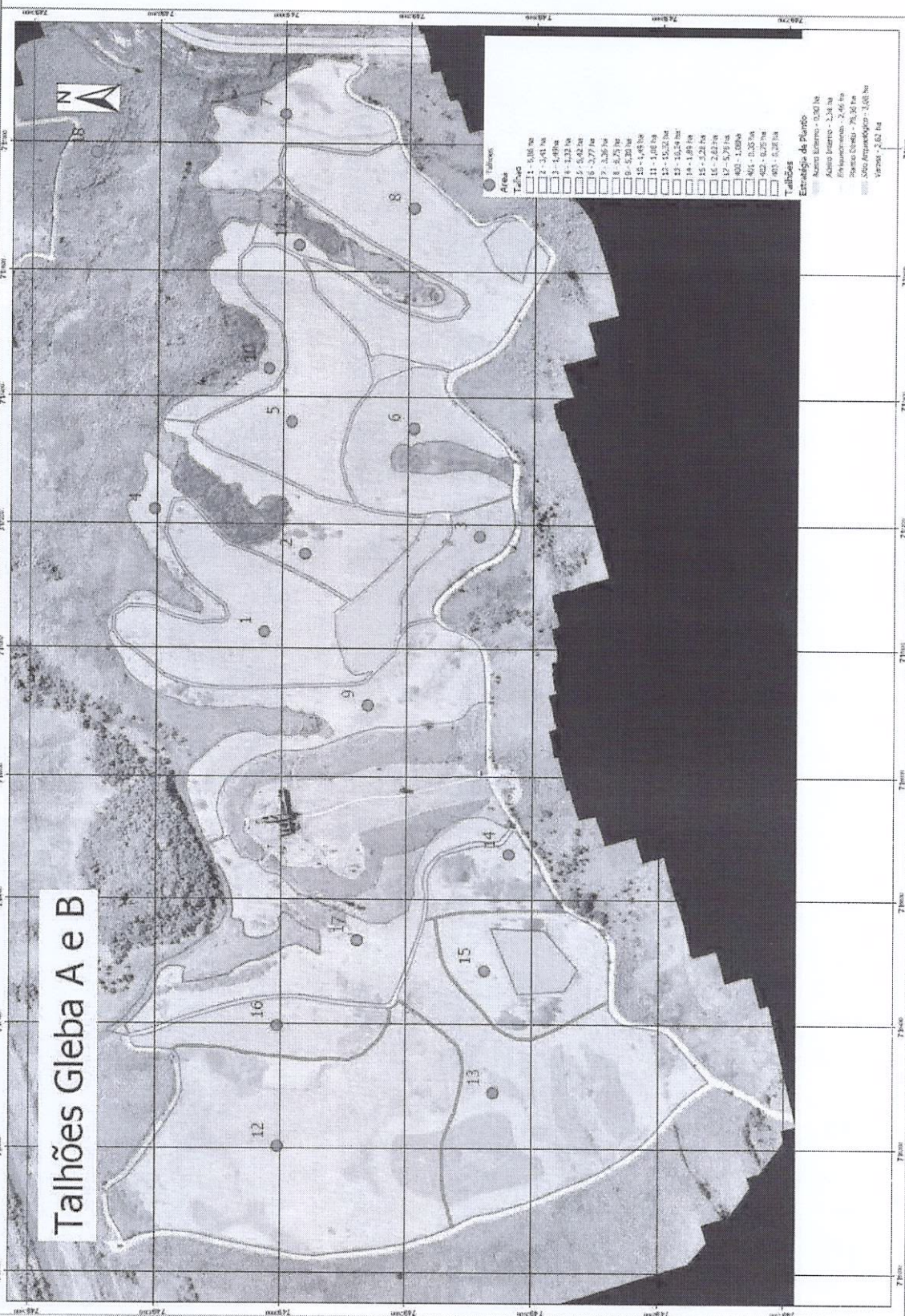
5. CAMINHO CRÍTICO
DIFICULDADES ENCONTRADAS / FATORES CRÍTICOS LIMITANTES QUE PODEM COMPROMETER A RESTAURAÇÃO
Dentre as dificuldades que merecem destaque temos: - Aquisição e principalmente adaptação de máquinas e implementos utilizadas no preparo de solo para realidade de campo da área de plantio. Por conta disso houve frequentes quebras de equipamentos e tratores, impactando na produtividade; - Falta de mão de obra local especializada no uso de equipamentos semi- mecanizados e mecanizados, havendo necessidade treinamento de mão de obra local para realização dos serviços de plantio, gerando impacto inicial na produtividade.
AÇÕES PREVISTAS PARA GARANTIR O SUCESSO DA RESTAURAÇÃO
- Todos os equipamentos foram entregues e adaptados a realidade local que, aliado ao treinamento de mão de obra local, permitiram aumento da produtividade no mês de junho para julho.

6. ESPÉCIES VEGETAIS EFETIVAMENTE EMPREGADAS NO PROJETO

6	ESPECIES VEGETAIS EFETIVAMENTE EMPREGADAS NO PROJETO 1ª carga					
Nº	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	SÍNDROME DE DISPERSÃO	SETOR/GLEVA	TALHÃO	GRUPO ECOLÓGICO
1	<i>Schinus terebinthifolius</i>	AROEIRA MANSO	Z	1/A	1 A 6	PI
2	<i>Heliocarpus americanus</i>	ALGODOEIRO	A/Z	1/A	1 A 6	SI
3	<i>Psidium cattleianum</i>	GOIABA DO IPIRANGA	Z	1/A	1 A 6	PI
4	<i>Andira ormosioides</i> Benth.	ANGELIM PEDRA	Z	1/A	1 A 6	SI
5	<i>Croton floribundus</i>	CAPIXINGUI	AUT/Z	1/A	1 A 6	PI
6	<i>Tapirira guianensis</i>	PAU POMBO	Z	1/A	1 A 6	PI
7	<i>Anadenanthera peregrina</i>	ANGICO CURTIDOR	Z/A	1/A	1 A 6	SI
8	<i>Joannesia princeps</i>	BOLEIRA	Z	1/A	1 A 6	PI
9	<i>Moquiniastrum polymorphum</i> (Less.) G. Sancho	CAMARÁ	A	1/A	1 A 6	PI
10	<i>Calophyllum brasiliensis</i>	GUANANDI	Z	1/A	1 A 6	PI
11	<i>Schizolobium parahyba</i>	GUAPURUVU	A	1/A	1 A 6	PI
12	<i>Inga striata</i>	INGA BRANCO	Z	1/A	1 A 6	SI
13	<i>Astronium graveolens</i>	GIBATÃO	A/Z	1/A	1 A 6	SI
14	<i>Coccoloba ulmifolia</i> Vahl ex Vent.	CAFÉ CILAR	Z	1/A	1 A 6	SI
15	<i>Lonchocarpus sericeus</i>	INGAZEIRO	Z	1/A	1 A 6	SI
16	<i>Dalbergia nigra</i>	JACARANDÁ CAVIUNA	A	1/A	1 A 6	SI
17	<i>Genipa americana</i>	JENIPAPO	Z	1/A	1 A 6	SI
18	<i>Guarea guidonia</i>	PELOTEIRA	Z	1/A	1 A 6	SI
19	<i>Plathymenia foliolosa</i>	VINHATICO	A	1/A	1 A 6	SI
20	<i>Peltophorum dubium</i>	ANGICO CANJIQUEINHA	A	1/A	1 A 6	SI
21	<i>Carrizaria ianeirensis</i>	JEQUITIBA AÇU	A	1/A	1 A 6	SI
22	<i>Carrizaria estrellensis</i>	JEQUITIBÁ BRANCO	A	1/A	1 A 6	SI
23	<i>Pseudobombax grandiflorum</i>	PAINEIRA	Z/A	1/A	1 A 6	SI
24	<i>Libidibia ferrea</i> var. <i>parvifolia</i> (Benth.)	PAU FERRO	A	1/A	1 A 6	SI
25	<i>Annona dolabrifolia</i> Raddi	PINHA DA MATA	Z	1/A	1 A 6	ST
26	<i>Omosia arborea</i>	TENTO	Z	1/A	1 A 6	ST
27	<i>Inga laurina</i>	INGA	Z	1/A	1 A 6	SI
28	<i>Poeppigia procera</i> C. Presl.	COCO D'OLEO	Z/A	1/A	1 A 6	ST
29	<i>Acosmium tenuifolium</i>	JURUNA	Z/A	1/A	1 A 6	SI
30	<i>Cecropia candida</i> Snethl.	EMBAUBA	Z	1/A	1 A 6	PI
31	<i>Cordia superba</i> Cham	CASCADEIRA	Z	1/A	1 A 6	SI
32	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	TAMBURIL	Z	1/A	1 A 6	SI
33	<i>Bixa arborea</i>	Urucum	Z	1/A	1 A 6	SI
34	<i>Cecropia pochystachya</i>	EMBAUBA DO BREJO	Z	1/A	1 A 6	PI
35	<i>Triplaris americana</i>	PAU FORMIGA	Z	1/A	1 A 6	SI
36	<i>Lofoensia pacari</i>	DEDALEIRO	Z	1/A	1 A 6	SI
37	<i>Senegalia Polyphylla</i>	MONJOLEIRO	A	1/A	1 A 6	SI
38	<i>Citharexylum myrianthum</i>	PAU VIOLA	Z	1/A	1 A 6	SI
39	<i>Gallesia integrifolia</i>	PAU D'ALHO	Z/A	1/A	1 A 6	SI
40	<i>Pseudobombax longiflorum</i>	EMBIRUÇU	Z/A	1/A	1 A 6	SI
41	<i>Inga edulis</i>	INGÁ DE METRO	Z	1/A	1 A 6	SI
42	<i>Luehea divaricata</i>	AÇOITA CAVALO	A	1/A	1 A 6	SI
43	<i>Anadenanthera macrocarpa</i>	ANGICO VERMELHO	A	1/A	1 A 6	SI
44	<i>Alchornea glandulosa</i>	TAPIA	Z/A	1/A	1 A 6	SI
45	<i>Pterygota brasiliensis</i>	PAU REI	Z/A	1/A	1 A 6	SI
46	<i>Ceiba speciosa</i>	PAINEIRA DE ESPINHO	Z/A	1/A	1 A 6	SI
47	<i>Inga laurina</i>	INGÁ MIRIM	Z	1/A	1 A 6	SI
48	<i>Guazuma ulmifolia</i>	MUTAMBO	AUT/Z	1/A	1 A 6	SI
49	<i>Bauhinia forficata</i>	PATA DE VACA	AUT/Z	1/A	1 A 6	SI
50	<i>Aegiphila integrifolia</i>	TAMANQUEIRO	Z/A	1/A	1 A 6	SI
51	<i>Albizia hassleri</i>	ANGICO BRANCO	A	1/A	1 A 6	PI

7. MAPA GEORREFERENCIADO COM PONTOS DE MONITORAMENTO

Talhões Gleba A e B



8. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Fig. 1: Roçada semi-mecanizada 06/05/2019.

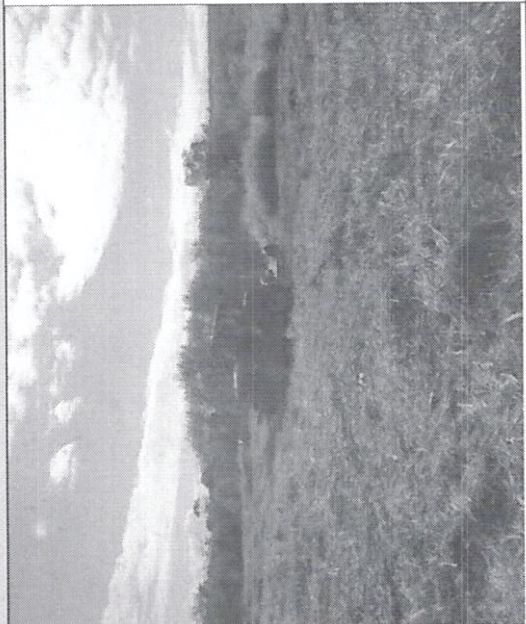


Fig. 2: Roçada mecanizada 30/04/2019.

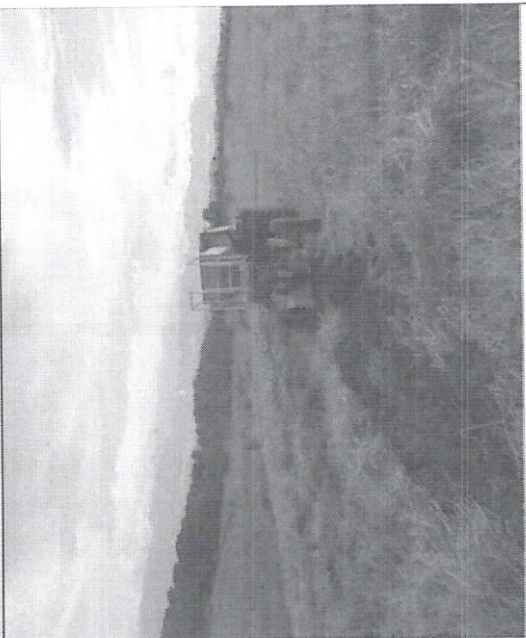


Fig. 3: Marcação de linha de plantio 06/05/2019.

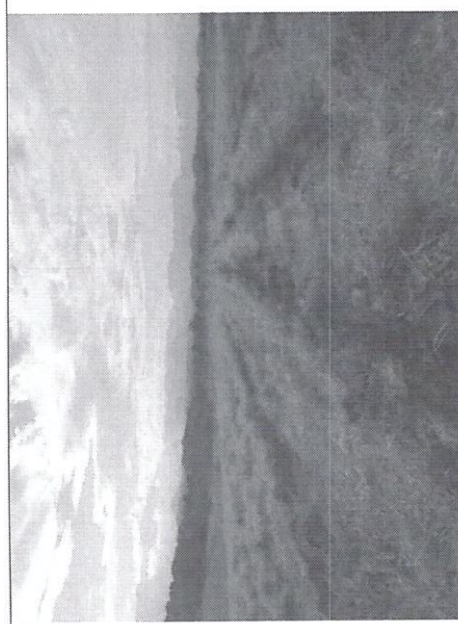


Fig. 4 Linhas de plantio 02/05/2019.

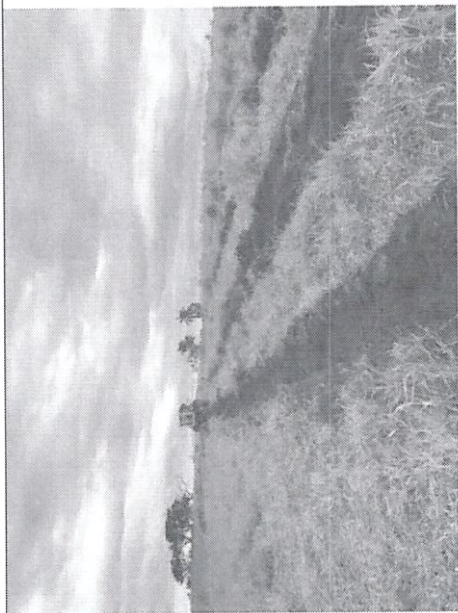

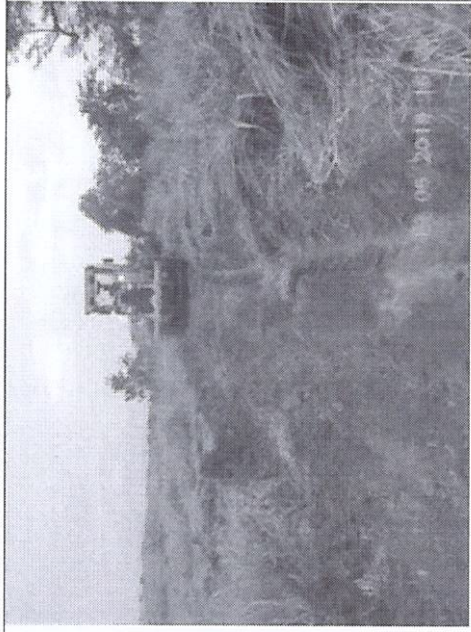


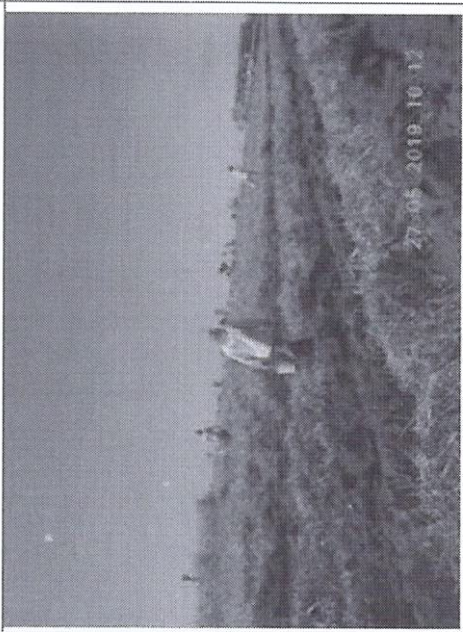


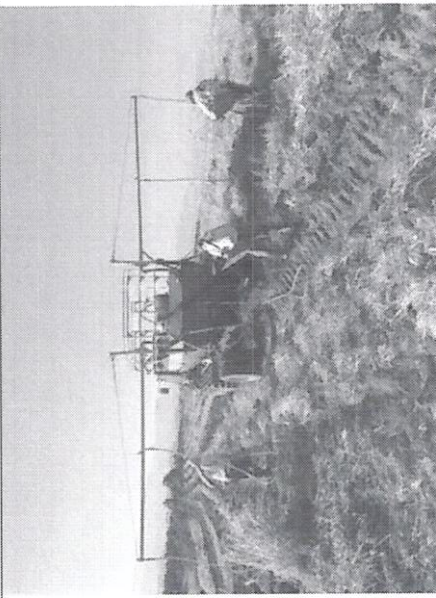



Fig. 5 Abertura do linha de plantio com



Fig. 6 Construção de aceiros 07/05/2019

 <p>07-05-2019 07:45</p>	<p>coroamento.09/05/2019.</p>  <p>09-05-2019 10:00</p>	 <p>08-05-2019 08:55</p>
<p>Fig. 7 Abertura de aceiro. 07/05/2019</p>  <p>07-05-2019 07:45</p>	<p>Fig. 8 Abertura de aceiro 13/05/2019</p>  <p>13-05-2019 10:12</p>	<p>Fig. 9 Aplicação de herbicida. 09/05/2019</p>  <p>09-05-2019 09:27</p>

<p>Fig. 10 Aplicação de calcário. 28/05/2019</p> 	<p>Fig. 11 Controle de formigas 27/05/2019</p> 	<p>Fig. 12 Adubação de base (cova) 22/05/2019</p> 
<p>Fig. 13 Adubação por base (cova) 22/05/2019</p>	<p>Fig. 14 Plantio 27/05/2019</p>	<p>Fig. 15 Plantio 20/06/2019</p>



MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

TERMO DE CONCLUSÃO

Procedo, nesta data, abertura de vista dos autos do Procedimento em epígrafe ao I. Promotor de Justiça Coordenador do GAEMA, Dr. José Alexandre Maximino Mota, em razão da reunião do dia 28/01/2020, no INEA.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2020.

Lucas de Almeida Peixoto
Mat. 8301



Ref. P.A's nº 162/2019 e 163/2019

1. A Secretaria para:

1.1. Inten os côps do e-mail em separado
(sobre a reunião realizada entre o MPRJ e o INEA em
28/01/2020), em especial a ata da reunião
retrógrada.

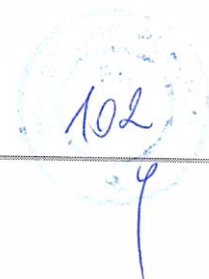
1.2. Tendo a overnora judicial sido provocada
para salvar os arquivos (papeiros, tombs e qntunã
, etc.) na postu "K", informe-a nos autos o
atallho respectivo.

2. Decorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco)
dias, devidamente controlado, abra-se nova vista.

Do Il. Juiz, 13 de fevereiro de 2020

José Alexandre Maximino Motta
Promotor de Justiça
GAEMA
Matr. 4870

3. Encaminhado pelo INEA, of. e-mail de 03/02/2020.



MPRJ 2019.0097881 – PA 162/2019

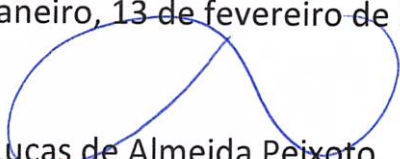
MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

TERMO DE JUNTADA

Procedo, nesta data, juntada:

1. Dos documentos que vieram em anexo ao despacho.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2020.


Lucas de Almeida Peixoto
Mat. 8301.

**RE: Solicitar agendamento de reunião**

José Alexandre Maximino Mota <jmaximino@mprj.mp.br>

Qui, 13/2/2020 13:11

Para: Maria Helena Chianca <mhchianca@gmail.com>

Cc: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>; Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>; presidencia gab@inea.rj.gov.br <presidencia gab@inea.rj.gov.br>; Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>; subcon.ambiente@gmail.com <subcon.ambiente@gmail.com>; eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br <eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br>; rafael.esteves@ambiente.rj.gov.br <rafael.esteves@ambiente.rj.gov.br>; Mariana Iguatemy <marianaiguatemy@gmail.com>; Arcenio Jubim <arcenio.seas@gmail.com>; Victor Abreu <victorabreu.inea@gmail.com>; Flavio Valente <fdwvalente.inea@gmail.com>; Kaylla Jovenka <kayllajovenka.seas@gmail.com>; Leonardo David Quintanilha de Oliveira <leortoliveira@gmail.com>; Heliovanderlei <heliovanderlei@globo.com>; bragapaulo2014@gmail.com <bragapaulo2014@gmail.com>

Prezada Dra. Maria Helena, boa tarde.

Honrado em cumprimentá-la, sirvo-me do presente para agradecer pelo envio do e-mail abaixo, bem como de seus respectivos anexos.

Ressalto, ainda, que estamos de acordo com a ata encaminhada. Já foi impressa por nós e juntada aos autos dos procedimentos correlatos.

Após a análise dos documentos, e decorrido prazo razoável à luz dos desdobramentos esperados, renovaremos os contatos.

Att.,

José Alexandre Maximino Mota

Promotor de Justiça

GAEMA

De: Maria Helena Chianca <mhchianca@gmail.com>

Enviado: segunda-feira, 3 de fevereiro de 2020 18:26

Para: José Alexandre Maximino Mota <jmaximino@mprj.mp.br>

Cc: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>; Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>; presidencia gab@inea.rj.gov.br <presidencia gab@inea.rj.gov.br>; Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>; subcon.ambiente@gmail.com <subcon.ambiente@gmail.com>; eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br <eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br>; rafael.esteves@ambiente.rj.gov.br <rafael.esteves@ambiente.rj.gov.br>; Mariana Iguatemy <marianaiguatemy@gmail.com>; Arcenio Jubim <arcenio.seas@gmail.com>; Victor Abreu <victorabreu.inea@gmail.com>; Flavio Valente <fdwvalente.inea@gmail.com>; Kaylla Jovenka <kayllajovenka.seas@gmail.com>; Leonardo David Quintanilha de Oliveira <leortoliveira@gmail.com>; Heliovanderlei <heliovanderlei@globo.com>; bragapaulo2014@gmail.com <bragapaulo2014@gmail.com>

Assunto: Re: Solicitar agendamento de reunião

Prezado Dr. José Alexandre,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos encaminhar a minuta da ata de reunião do dia 28/01/2020, bem como, cópia dos últimos Pareceres Técnicos, Relatórios de Vistoria e Termos de Quitação emitidos referentes ao compromisso de restauração florestal do COMPERJ.

Atenciosamente.

Maria Helena Chianca
Assessora da Presidência do INEA
Tel.: 2332-3948

----- Forwarded message -----

De: **Maria Helena Chianca** <mhchianca@gmail.com>

Date: qua., 22 de jan. de 2020 às 18:01

Subject: Re: Solicitar agendamento de reunião

To: José Alexandre Maximino Mota <jmaximino@mprj.mp.br>

Cc: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>, Lrtoliveira@gmail.com

<Lrtoliveira@gmail.com>, Livia Soalheiro e Romano <liviasoalheiro@gmail.com>,

rafaeldaudt@hotmail.com <rafaeldaudt@hotmail.com>, eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br

<eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br>, Tiago Gonçalves Veras Gomes

<tiagogvg@mprj.mp.br>, presidenciagab@inea.rj.gov.br <presidenciagab@inea.rj.gov.br>, Caique

Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>, subcon.ambiente@gmail.com

<subcon.ambiente@gmail.com>, Márcio Beranger <marcioberanger.inea@gmail.com>, Marcelo

Morel <marcelomorel06@gmail.com>

Prezado Dr. José Alexandre,

A reunião será no INEA, na sala de reuniões do CONDIR, no 2º andar.

Atenciosamente.

Maria Helena Chianca
Assessora da Presidência do INEA
Tel.: 2332-3948

Em ter., 21 de jan. de 2020 às 11:21, José Alexandre Maximino Mota <jmaximino@mprj.mp.br> escreveu:

Prezada Dra. Maria Helena.

Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para ratificar a nossa participação na reunião em tela, a ser realizada às 14h30 do próximo dia 28/01/2020.

Não temos objeção a que seja realizada na Sede do INEA ou SEAS.

Obrigado pela atenção.

Atenciosamente,

José Alexandre Maximino Mota

Promotor de Justiça

GAEMA

De: Maria Helena Chianca <mhchianca@gmail.com>

Enviado: quinta-feira, 16 de janeiro de 2020 14:13

Para: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>

ATA DE REUNIÃO

Em 28 de janeiro de 2020, às 14:30hs, na sede deste Instituto Estadual do Ambiente – INEA, compareceram, o Dr. José Alexandre Maximino Mota (Promotor de Justiça/GAEMA), Maria Helena Chianca (Assessora da Presidência/INEA), Rafael Esteves da Silva (SUBCON/SEAS), Paulo Braga (SUPCLIM/SEAS), Dr. Leonardo Quintanilha (Procurador do Estado chefe da ASJUR/SEAS), Helio Vanderlei (Diretor da DISEQ/INEA), Mariana Iguatemy (SUPCLIM/SEAS), Victor Abreu de Araujo (DIBAPE/INEA), Caíque Cesar Oliveira (ASPPAM/SEAS), Kaylla Jovenka (ASPPAM/SEAS) e Arcenio Jubim (SUPCON/SEAS), tendo por objetivo tratar do acompanhamento das ações relacionadas aos itens 5.1.11, 5.1.11.1 e 5.1.11.2, da Cláusula Segunda do TAC I do COMPERJ.

Principais tópicos abordados:

Pelo Dr. José Alexandre foi dito que a reunião poderia seguir a pauta de convocação encaminhada via e-mail, a saber:

1. Elaboração dos projetos a serem contemplados pelos recursos;
2. Metodologia dos futuros projetos e da conversão dos hectares em valores;
3. Seleção das áreas prioritárias;
4. Monitoramento dos projetos;
5. Transparência e controle social quanto às obrigações de restauração; e
6. Demonstração quanto ao cumprimento da cláusula 5.1.11.2, quanto ao reflorestamento (“Intramuros”) a cargo da Petrobras.

1. Elaboração dos projetos a serem contemplados pelos recursos:

Pela representante da SUPCLIM/SEAS foram apresentados os dois projetos que já existem para serem contemplados com os recursos dos TCRFs: i) Projeto Restauração Ecológica na Reserva Ecológica de Guapiaçu no Parque Estadual dos Três Picos; e ii) Projeto Restauração Ecológica de 47 hectares em Áreas de Interesse para Proteção de Mananciais junto ao Programa Produtor de Águas da Bacia do Guapimirim-Macacu, sendo que o primeiro já está deliberado e o segundo está em fase de deliberação.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

Não obstante, a SEAS está avaliando e estudando novos projetos para aplicação dos recursos.

2. Metodologia dos futuros projetos e da conversão dos hectares em valores:

Pela representante da SUPCLIM/SEAS foi informado que a metodologia a ser seguida será a prevista no Planejamento Estratégico e Operacional para maximizar a utilização dos recursos da carteira de restauração, visando gerar escala ambiental e ganhos sociais em ações de restauração com o advento deste TCRF. Neste planejamento, inicialmente os recursos serão aplicados em grandes módulos de restauração através de contratação de empresas reflorestadoras e em pequenas áreas através de Programas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

3. Seleção das áreas prioritárias:

Pela representante da SUPCLIM/SEAS foi informado que a Secretaria usará como base para a seleção das áreas prioritárias, a priorização de áreas realizada pela equipe do Inea no chamado Atlas dos Mananciais de Abastecimento Público do Estado do Rio de Janeiro – Subsídios ao Planejamento e Ordenamento Territorial, bem como nos estudos das aptidões silviculturais dos Distritos Florestais. Nestes materiais foram apontadas áreas prioritárias para restauração e plantios florestais sendo realizada uma análise multicritério em que o potencial dos mananciais de abastecimento público foi considerado.

4. Monitoramento dos projetos:

Com relação ao monitoramento dos projetos esta em estudo a contratação de uma gerenciadora de projetos que deverá dar suporte técnico as equipes da SEAS/INEA. Esta gerenciadora apoiará atividades de gestão e planejamento auxiliando na coordenação e monitoramento do Programa.

5. Transparência e controle social quanto às obrigações de restauração:

A SEAS e o INEA pretendem utilizar como mecanismo de publicidade das ações relacionadas à execução dos projetos provenientes dos recursos dos TCRFs e outros na página do Observatório Florestal Fluminense (<https://www.restauracaoflorestalrj.org/observatorio>) que automaticamente abastece as informações que estão disponíveis sobre essa temática no Geoportal do Inea.

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

6. Demonstração quanto ao cumprimento da cláusula 5.1.11.2, quanto ao reflorestamento (“Intramuros”) a cargo da Petrobras:

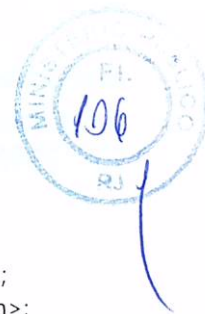
Os representantes do INEA esclarecem que no que tange ao item 5.1.11.2 (i), a obrigação vem sendo acompanhada e avaliada pelo INEA no âmbito do processo E07/002.107908/2018, e em 28/01/2019 emitiram a Autorização Ambiental nº IN048114 para implantação do PRF; quanto aos itens 5.1.11.2 (ii) e 5.1.11.2 (iii), a Petrobras foi oficiada a abrir um processo de autorização ambiental para cada uma dessas obrigações, no prazo de 60 dias.

Encaminhamentos:

O Dr. José Alexandre esclareceu que os procedimentos administrativos nºs 150/2019, 152/2019, 162/2019 e 163/2019 foram repassados da Promotoria de Itaboraí para o GAEMA acompanhá-los.

O INEA se comprometeu a:

- i) Comunicar ao GAEMA as datas das vistorias para acompanhamento das ações de reflorestamento relacionadas ao item 5.1.11.2 da Cláusula Segunda; e
- ii) Enviar ao GAEMA cópia dos últimos Pareceres Técnicos, Relatórios de Vistoria e Termos de Quitação emitidos referentes ao compromisso de restauração florestal do COMPERJ.

**RE: Solicitar agendamento de reunião**

José Alexandre Maximino Mota <jmaximino@mprj.mp.br>

Qui, 13/2/2020 13:11

Para: Maria Helena Chianca <mhchianca@gmail.com>

Cc: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>; Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>; presidencia gab@inea.rj.gov.br <presidencia gab@inea.rj.gov.br>; Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>; subcon.ambiente@gmail.com <subcon.ambiente@gmail.com>; eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br <eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br>; rafael.esteves@ambiente.rj.gov.br <rafael.esteves@ambiente.rj.gov.br>; Mariana Iguatemy <marianaiguatemy@gmail.com>; Arcenio Jubim <arcenio.seas@gmail.com>; Victor Abreu <victorabreu.inea@gmail.com>; Flavio Valente <fdwvalente.inea@gmail.com>; Kaylla Jovenka <kayllajovenka.seas@gmail.com>; Leonardo David Quintanilha de Oliveira <leortoliveira@gmail.com>; Heliovanderlei <heliovanderlei@globo.com>; bragapaulo2014@gmail.com <bragapaulo2014@gmail.com>

Prezada Dra. Maria Helena, boa tarde.

Honrado em cumprimentá-la, sirvo-me do presente para agradecer pelo envio do e-mail abaixo, bem como de seus respectivos anexos.

Ressalto, ainda, que estamos de acordo com a ata encaminhada. Já foi impressa por nós e juntada aos autos dos procedimentos correlatos.

Após a análise dos documentos, e decorrido prazo razoável à luz dos desdobramentos esperados, renovaremos os contatos.

Att.,

José Alexandre Maximino Mota

Promotor de Justiça

GAEMA

De: Maria Helena Chianca <mhchianca@gmail.com>

Enviado: segunda-feira, 3 de fevereiro de 2020 18:26

Para: José Alexandre Maximino Mota <jmaximino@mprj.mp.br>

Cc: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>; Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>; presidencia gab@inea.rj.gov.br <presidencia gab@inea.rj.gov.br>; Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>; subcon.ambiente@gmail.com <subcon.ambiente@gmail.com>; eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br <eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br>; rafael.esteves@ambiente.rj.gov.br <rafael.esteves@ambiente.rj.gov.br>; Mariana Iguatemy <marianaiguatemy@gmail.com>; Arcenio Jubim <arcenio.seas@gmail.com>; Victor Abreu <victorabreu.inea@gmail.com>; Flavio Valente <fdwvalente.inea@gmail.com>; Kaylla Jovenka <kayllajovenka.seas@gmail.com>; Leonardo David Quintanilha de Oliveira <leortoliveira@gmail.com>; Heliovanderlei <heliovanderlei@globo.com>; bragapaulo2014@gmail.com <bragapaulo2014@gmail.com>

Assunto: Re: Solicitar agendamento de reunião

Prezado Dr. José Alexandre,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos encaminhar a minuta da ata de reunião do dia 28/01/2020, bem como, cópia dos últimos Pareceres Técnicos, Relatórios de Vistoria e Termos de Quitação emitidos referentes ao compromisso de restauração florestal do COMPERJ.

Atenciosamente.

Maria Helena Chianca
Assessora da Presidência do INEA
Tel.: 2332-3948

----- Forwarded message -----

De: **Maria Helena Chianca** <mhchianca@gmail.com>

Date: qua., 22 de jan. de 2020 às 18:01

Subject: Re: Solicitar agendamento de reunião

To: José Alexandre Maximino Mota <jmaximino@mprj.mp.br>

Cc: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>, Lrtoliveira@gmail.com

<Lrtoliveira@gmail.com>, Lívia Soalheiro e Romano <liviasoalheiro@gmail.com>,

rafaeldaudt@hotmail.com <rafaeldaudt@hotmail.com>, eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br

<eduardogameleiro@ambiente.rj.gov.br>, Tiago Gonçalves Veras Gomes

<tiagogvg@mprj.mp.br>, presidenciagab@inea.rj.gov.br <presidenciagab@inea.rj.gov.br>, Caique

Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>, subcon.ambiente@gmail.com

<subcon.ambiente@gmail.com>, Márcio Beranger <marcioberanger.inea@gmail.com>, Marcelo

Morel <marcelomorel06@gmail.com>

Prezado Dr. José Alexandre,

A reunião será no INEA, na sala de reuniões do CONDIR, no 2º andar.

Atenciosamente.

Maria Helena Chianca
Assessora da Presidência do INEA
Tel.: 2332-3948

Em ter., 21 de jan. de 2020 às 11:21, José Alexandre Maximino Mota <jmaximino@mprj.mp.br> escreveu:

Prezada Dra. Maria Helena.

Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para ratificar a nossa participação na reunião em tela, a ser realizada às 14h30 do próximo dia 28/01/2020.

Não temos objeção a que seja realizada na Sede do INEA ou SEAS.

Obrigado pela atenção.

Atenciosamente,

José Alexandre Maximino Mota

Promotor de Justiça

GAEMA

De: Maria Helena Chianca <mhchianca@gmail.com>

Enviado: quinta-feira, 16 de janeiro de 2020 14:13

Para: GAEMA - Secretaria <secgaema@mprj.mp.br>

ATA DE REUNIÃO

Em 28 de janeiro de 2020, às 14:30hs, na sede deste Instituto Estadual do Ambiente – INEA, compareceram, o Dr. José Alexandre Maximino Mota (Promotor de Justiça/GAEMA), Maria Helena Chianca (Assessora da Presidência/INEA), Rafael Esteves da Silva (SUBCON/SEAS), Paulo Braga (SUPCLIM/SEAS), Dr. Leonardo Quintanilha (Procurador do Estado chefe da ASJUR/SEAS), Helio Vanderlei (Diretor da DISEQ/INEA), Mariana Iguatemy (SUPCLIM/SEAS), Victor Abreu de Araujo (DIBAPE/INEA), Caíque Cesar Oliveira (ASPPAM/SEAS), Kaylla Jovenka (ASPPAM/SEAS) e Arcenio Jubim (SUPCON/SEAS), tendo por objetivo tratar do acompanhamento das ações relacionadas aos itens 5.1.11, 5.1.11.1 e 5.1.11.2, da Cláusula Segunda do TAC I do COMPERJ.

Principais tópicos abordados:

Pelo Dr. José Alexandre foi dito que a reunião poderia seguir a pauta de convocação encaminhada via e-mail, a saber:

1. Elaboração dos projetos a serem contemplados pelos recursos;
2. Metodologia dos futuros projetos e da conversão dos hectares em valores;
3. Seleção das áreas prioritárias;
4. Monitoramento dos projetos;
5. Transparência e controle social quanto às obrigações de restauração; e
6. Demonstração quanto ao cumprimento da cláusula 5.1.11.2, quanto ao reflorestamento (“Intramuros”) a cargo da Petrobras.

1. Elaboração dos projetos a serem contemplados pelos recursos:

Pela representante da SUPCLIM/SEAS foram apresentados os dois projetos que já existem para serem contemplados com os recursos dos TCRFs: i) Projeto Restauração Ecológica na Reserva Ecológica de Guapiaçu e no Parque Estadual dos Três Picos; e ii) Projeto Restauração Ecológica de 47 hectares em Áreas de Interesse para Proteção de Mananciais junto ao Programa Produtor de Águas da Bacia do Guapimirim-Macacu, sendo que o primeiro já está deliberado e o segundo está em fase de deliberação.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

Não obstante, a SEAS está avaliando e estudando novos projetos para aplicação dos recursos.

2. Metodologia dos futuros projetos e da conversão dos hectares em valores:

Pela representante da SUPCLIM/SEAS foi informado que a metodologia a ser seguida será a prevista no Planejamento Estratégico e Operacional para maximizar a utilização dos recursos da carteira de restauração, visando gerar escala ambiental e ganhos sociais em ações de restauração com o advento deste TCRF. Neste planejamento, inicialmente os recursos serão aplicados em grandes módulos de restauração através de contratação de empresas reflorestadoras e em pequenas áreas através de Programas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

3. Seleção das áreas prioritárias:

Pela representante da SUPCLIM/SEAS foi informado que a Secretaria usará como base para a seleção das áreas prioritárias, a priorização de áreas realizada pela equipe do Inea no chamado Atlas dos Mananciais de Abastecimento Público do Estado do Rio de Janeiro – Subsídios ao Planejamento e Ordenamento Territorial, bem como nos estudos das aptidões silviculturais dos Distritos Florestais. Nestes materiais foram apontadas áreas prioritárias para restauração e plantios florestais sendo realizada uma análise multicritério em que o potencial dos mananciais de abastecimento público foi considerado.

4. Monitoramento dos projetos:

Com relação ao monitoramento dos projetos esta em estudo a contratação de uma gerenciadora de projetos que deverá dar suporte técnico as equipes da SEAS/INEA. Esta gerenciadora apoiará atividades de gestão e planejamento auxiliando na coordenação e monitoramento do Programa.

5. Transparência e controle social quanto às obrigações de restauração:

A SEAS e o INEA pretendem utilizar como mecanismo de publicidade das ações relacionadas à execução dos projetos provenientes dos recursos dos TCRFs e outros na página do Observatório Florestal Fluminense (<https://www.restauracaoflorestalrj.org/observatorio>) que automaticamente abastece as informações que estão disponíveis sobre essa temática no Geoportal do Inea.

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente

6. Demonstração quanto ao cumprimento da cláusula 5.1.11.2, quanto ao reflorestamento (“Intramuros”) a cargo da Petrobras:

Os representantes do INEA esclarecem que no que tange ao item 5.1.11.2 (i), a obrigação vem sendo acompanhada e avaliada pelo INEA no âmbito do processo E07/002.107908/2018, e em 28/01/2019 emitiram a Autorização Ambiental nº IN048114 para implantação do PRF; quanto aos itens 5.1.11.2 (ii) e 5.1.11.2 (iii), a Petrobras foi oficiada a abrir um processo de autorização ambiental para cada uma dessas obrigações, no prazo de 60 dias.

Encaminhamentos:

O Dr. José Alexandre esclareceu que os procedimentos administrativos nºs 150/2019, 152/2019, 162/2019 e 163/2019 foram repassados da Promotoria de Itaboraí para o GAEMA acompanhá-los.

O INEA se comprometeu a:

- i) Comunicar ao GAEMA as datas das vistorias para acompanhamento das ações de reflorestamento relacionadas ao item 5.1.11.2 da Cláusula Segunda; e
- ii) Enviar ao GAEMA cópia dos últimos Pareceres Técnicos, Relatórios de Vistoria e Termos de Quitação emitidos referentes ao compromisso de restauração florestal do COMPERJ.

MPRJ 2019.00978778 – IC 163/2019

TERMO DE JUNTADA

Por ordem do Dr. José Alexandre, procedo, nesta data, juntada:

1. Da Ata de reunião do dia 30/01/2020.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Lucas de Almeida Peixoto
Mat. 8301.



110

Ref: Procedimento MPRJ 2019.00978517(PA 152/2019)/ MPRJ 2019.00977739 (PA150/2019)/ MPRJ 2019.00978778 (PA 163/2019)/ MPRJ 2019.00978781 (PA 162/2019- Apurar cumprimento de obrigações do TAC COMPERJ

ATA DE REUNIÃO

- 1- Aos 30 dias de janeiro de 2020, entre as 13:00 e 15:00, no 6º andar do Edifício Sede do MPRJ, situado à Avenida Marechal Câmara nº 370, Centro; Compareceram diversos integrantes do Movimento “BAÍA VIVA”, bem como do “MOVIMENTO DO ATINGIDOS POR BARRAGENS-RJ”, discorrendo à respeito de pauta de reivindicações destes ‘Movimentos’ junto MPRJ, tendo-se em conta os Processos Administrativos (autos de acompanhamento de “TAC”) nº PA 150/2019, PA 152/2019, PA 162/2019 e PA 163/2019, os quais tem por escopo acompanhar o cumprimento de obrigações contidas em TAC pactuado pelo MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro.
- 2- Iniciada a reunião, o Promotor de Justiça esclareceu o objetivo dos procedimentos administrativos, explanando sobre o (i) Termo de Ajustamento de Conduta firmado; (ii) no que consiste o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente-GAEMA; e (iii) em que termos vêm sendo prestado o auxílio consentido à Promotoria de Origem. Explicou que somente o cumprimento de algumas obrigações pactuadas no “TAC” vieram para fiscalização do GAEMA.
- 3- Salientou que, segundo consta do TAC, quando da elaboração do Plano de Segurança Hídrica a ser desenvolvido (em nível estadual), no que tange ao Leste Fluminense (mais especificamente a região de abastecimento do sistema Imunana- Laranjal), haverá escopo mais detalhado nesse sentido, sendo certo que de acordo com o TAC, quando da elaboração do “Termo de Referência” (“TR”) do Plano, existe a previsão de um estudo alternativo de viabilidade para implantação de barragem. Entretanto, caso se opte pela execução de tal projeto, os estudos de viabilidade deverão ser submetidos ao crivo do Grupo técnico- GATE.



4- Os representantes dos movimentos trouxeram documento expondo “Pauta de Reivindicações” dos atingidos de Cachoeira de Macacu, pleiteando a consideração de que suas demandas sejam levadas em conta quando do cumprimento das medidas do presente TAC ou de subsequente a ser celebrado. Informou ainda que na região foram realizados cursos de qualificação promovidos através de convênio com a FIOCRUZ, os quais promoveram capacitação por meio de programas de educação ambiental prestados a jovens cursando o ensino médio selecionados em escolas públicas. Tal curso foi denominado “Pedagogia das águas em movimento”, um curso coletivo local, onde os estudantes puderam observar as dificuldades em seu lugar de origem e transmitir a vivência aos demais.

5- O Promotor de Justiça salientou a importância da qualificação dos jovens e que tal capacitação pode vir a ser utilizada quando da realização de ações de recuperação ambiental concretizadas na bacia por intermédio de cumprimento de obrigações do TAC, envolvendo a juventude local no processo de recuperação. Nessa toada, solicitou que sejam encaminhadas informações sobre as especificidades da formação, esclarecendo o grau de formação (e os campos de aplicação e oportunidades) promovido pelo curso mencionado pelo Movimento.

6- Quanto à previsão de medidas do “plano de ação”, como implantação de ações de fomento a agroecologia e estímulo aos agricultores locais, sugeriu-se o levantamento dos produtores atuantes na área, de modo a viabilizar sua integração no referido plano. Igualmente, os representantes do movimento destacaram a necessidade de melhorias na infraestrutura, mencionando a ponte sobre o Rio Caboclo que está caída, isolando uma parte da comunidade e prejudicando o escoamento da produção, bem como as demais necessidades da população no deslocamento. Ante esse pleito, o Ilmo. Promotor de Justiça sugeriu que, sem prejuízo de uma possível inclusão dessa demanda dentre as resultantes de obrigações explícitas e implícitas do TAC, fosse feita uma representação à Promotoria de Origem para que se adotem as devidas providências quanto à reparação de infraestrutura da mencionada ponte!

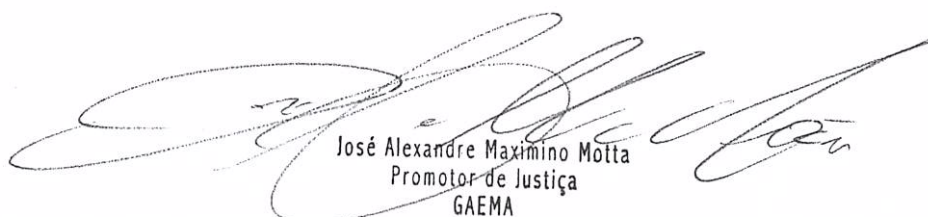


7- Sem mais, e após agradecer a participação de todos os presentes na reunião, o Dr. *José Alexandre* encerrou o ato.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2020

*** *Lista de presença em separado***

*** *A confirmação por e-mail substituirá as assinaturas respectivas dos particulares.***


José Alexandre Maximino Motta
Promotor de Justiça
GAEMA
Matr. 4870

MPRJ 2019.00978778 – IC 163/2019

CERTIDÃO

Certifico que, por ordem do Exmo. Dr. José Alexandre, juntei os documentos de fls. 110/111.

Em cumprimento ao r. despacho de fl. 101, segue o caminho na pasta K que contém os arquivos salvos: GAEMA K/ Processos digitalizado/ TAC COMPERJ.

Ainda em cumprimento ao referido despacho, aloco o presente em armário próprio.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Lucas de Almeida Peixoto
Mat. 8301.



MPRJ 2019.00978778 – PA 163/2019

TERMO DE JUNTADA

Procedo, nesta data, juntada:

1. Do Ofício 2ª PJTC nº 1127/20 da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí que encaminha o Of. SEAS/SUBEXEC SEI N 15 – MPRJ 2020.00038579.

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2020.


Luiz Henrique Santana da Silva
Mat. 809801



Ofício 2ª PJTC nº 1127/20

07 de julho de 2020

Ref: Of. SEAS/SUBEXEC SEI N 15 MPRJ 20200038579

Excelentíssimo Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o, cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência o expediente em epígrafe, para juntada ao PA 163/2020 MPRJ 201900978778.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES
VERAS
GOMES:0891385371
0

Assinado de forma digital por
TIAGO GONCALVES VERAS
GOMES:08913853710
Dados: 2020.07.08 12:19:43
-03'00'

A Sua Excelência

Doutor **JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA**

Coordenador do GAEMA – Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do GAEMA

Avenida Marechal Câmara, nº370, 6ºandar - Centro – Rio de Janeiro

Cep: 20020-080



Certidão 99/2020

Certifico que o expediente em anexo (MPRJ 202000024020) referente ao PA 163/2019 foi encaminhado ao GAEMA.

TERMO DE VISTA

Assim, abro vista do presente procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí, 27 de fevereiro de 2020

Renata Simões da Silva
Matrícula 3182

*Permite-se, pois, por isso,
o presente expediente ao
GAEMA.*

T.S.
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça
Matr. 3226



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Subsecretaria Executiva

Of. SEAS/SUBEXEC SEI Nº15

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2020

Exmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 1526/19

PA 163/2019 - MPRJ 2019.00978778.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, informamos que, com fundamento no item 6.1 da Cláusula Terceira do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a Petrobrás, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, foram solicitados à Petrobrás documentos comprobatórios acerca do adimplemento tempestivo de suas obrigações.

Em resposta, foi apresentada por aquela compromissária a documentação em anexo acerca do atual estágio do cumprimento do item 5.1.11.2 da Cláusula Segunda daquele TAC.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

EDUARDO PIRES GAMELEIRO

Subsecretário Executivo

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

ID. Funcional 3219466-8



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Pires Gameleiro, Subsecretário de Estado**, em 13/01/2020, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **2679871** e o código CRC **6EBF337F**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/003919/2019

SEI nº 2679871

Avenida Venezuela, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312

Telefone: - <http://www.rj.gov.br/web/sea>



Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>

**Ofício SEI nº 80/2019 - TAC I do COMPERJ****Caique Cesar** <caiquecesar.seas@gmail.com>

17 de dezembro de 2019 18:44

Para: Deivis Aparecido de Araujo <deivisaraujo@petrobras.com.br>, Daniel Rosendo <danielrosendo@petrobras.com.br>

Cc: Cláudia Estellita <claudiaestellita.seas@gmail.com>

Boa tarde,

Conforme conversado por telefone, encaminho em anexo ofício, o qual solicita a desconsideração dos ofícios Of.SEAS/OUV SEI Nº 71, 77, 78 e 79, e solicita novas informações.

Informo que o mesmo será posteriormente encaminhado fisicamente.

Apesar disso, solicito que acusem recebimento do presente.

Att.,

--

Caique Cesar

Assessoria de Planejamento em Políticas Ambientais

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

(21) 2332-3998 | (21) 99783-5611

caiquecesar.seas@gmail.com

**SEI_ERJ - 2384135 - Ofício - 80.pdf**

184K



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Ouvidoria

Of.SEAS/OUV SEI Nº80

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2019

Ilmo. Sr.

Deivis Aparecido de Araújo

Gerente de Licenciamento

Segurança, Meio Ambiente e Saúde/Licenciamento Ambiental e Relacionamento Externo - SMS/LARE/LIRGMC

Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS

Avenida Henrique Valadares, nº 28, Centro Empresarial Senado, Torre A, 18º Andar

Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.231-030

Referência: Cumprimento do TAC I do COMPERJ.

Senhor Gerente,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos copiosos ofícios encaminhados pelo MPRJ e do disposto na Cláusula Quarta do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a Petrobrás, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, solicitamos que seja disponibilizado cópias, preferencialmente por meio de mídia digital ou correio eletrônico endereçado à caiquecesar.seas@gmail.com e claudiaestellita.seas@gmail.com, dos comprovantes do adimplemento tempestivo de todas as obrigações daquele TAC que possuam prazo para cumprimento anterior à data da presente comunicação.

Por fim, solicitamos a desconsideração dos ofícios Of.SEAS/OUV SEI Nº 71, 77, 78 e 79.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Cláudia Estellita
Ouvidora
ID Funcional 5097710-5



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Estellita, Ouvidora**, em 17/12/2019, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **2384135** e o código CRC **F9668412**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004717/2019

SEI nº 2384135

Avenida Venezuela,, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312

Telefone: - <http://www.rj.gov.br/web/sea>



Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>

**Ofício SEI nº 80/2019 - TAC I do COMPERJ****Devis Aparecido de Araujo** <devisaraujo@petrobras.com.br>

18 de dezembro de 2019 09:09

Para: Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>, Daniel Rosendo <danielrosendo@petrobras.com.br>

Cc: Cláudia Estellita <claudiaestellita.seas@gmail.com>

Bom dia Caique, recebimento confirmado.

Obrigado,

Devis.

Obter o Outlook para Android

From: Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>**Sent:** Tuesday, December 17, 2019 6:44:09 PM**To:** Devis Aparecido de Araujo <devisaraujo@petrobras.com.br>; Daniel Rosendo <danielrosendo@petrobras.com.br>**Cc:** Cláudia Estellita <claudiaestellita.seas@gmail.com>**Subject:** Ofício SEI nº 80/2019 - TAC I do COMPERJ

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>

Of.SEAS/OUV SEI Nº80 - Obrigações TAC

Daniel Rosendo <danielrosendo@petrobras.com.br>

20 de dezembro de 2019 17:23

Para: Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>, "claudiaestellita.seas@gmail.com" <claudiaestellita.seas@gmail.com>

Cc: Devis Aparecido de Araujo <devisaraujo@petrobras.com.br>, Clayton Verissimo Hashimoto <hashimoto@petrobras.com.br>

Prezado Caique e Prezada Cláudia,

Em resposta ao Ofício SEAS/OUV SEI Nº80 encaminhamos em anexo cópia das cartas endereçadas ao INEA que comprovam o atendimento às obrigações do TAC.

Gentileza confirmar o recebimento.

Atenciosamente,

DANIEL ROSENDO

Coordenador de Licenciamento Industrial e Logística

SMS/LARE/LIRGNC

Petrobras

Gerência Executiva de Segurança, Meio Ambiente e Saúde

tel: + 55 21 2166-6922 Rota: 706



























danielrosendo@petrobras.com.br

Av. Henrique Valadares, 28. Torre A - 18º andar

20231-030 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

51 anexos **2019-09-11_SMS-LARE 0160_Atende obrigação 5.1.9 i.pdf**
208K **2019-09-11_SMS-LARE 0161_Atende obrigação 5.1.10 i.pdf**
288K **2019-09-11_SMS-LARE 0162_Atende obrigação 5.1.12.pdf**
251K **2019-09-11_SMS-LARE 0163_Atende obrigação 5.1.21.pdf**
214K **2019-09-11_SMS-LARE 0164_Atende obrigação 5.1.22.pdf**
228K **2019-09-11_SMS-LARE 0165_Atende obrigação 5.1.27.pdf**
200K **2019-09-11_SMS-LARE 0166_Atende obrigação 5.1.28.pdf**
182K



-  **2019-09-11_SMS-LARE 0167_Atende obrigação 5.1.30.pdf**
214K
-  **2019-09-11_SMS-LARE 0168_Atende obrigação 5.5.8.pdf**
193K
-  **2019-09-11_SMS-LARE 0169_Atende obrigação 5.7.6. e 5.7.7.pdf**
284K
-  **2019-09-11_SMS-LARE 0170_Atende obrigação 5.1.11.2_Reporte.pdf**
289K
-  **2019-09-03_SMS-LARE 0150_Envia public extrato TAC em DOs e jornal.pdf**
135K
-  **2019-09-11_SMS-LARE 0153_Atende obrigação 5.1.1.pdf**
186K
-  **2019-09-11_SMS-LARE 0154_Atende obrigação 5.1.2.pdf**
270K
-  **2019-09-11_SMS-LARE 0155_Atende obrigação 5.1.3.pdf**
196K
-  **2019-09-11_SMS-LARE 0156_Atende obrigação 5.1.4.pdf**
170K
-  **2019-09-11_SMS-LARE 0157_Atende obrigação 5.1.6 i.pdf**
176K
-  **2019-09-11_SMS-LARE 0158_Atende obrigação 5.1.7.pdf**
265K
-  **2019-09-11_SMS-LARE 0159_Atende obrigação 5.1.8.pdf**
274K
-  **2019-10-14_SMS-LARE 0202_Atende obrigação 5.1.11.(ii).pdf**
231K
-  **2019-10-14_SMS-LARE 0203_Atende obrigação 5.1.11.1.pdf**
270K
-  **2019-10-14_SMS-LARE 0217_Atende obrigação 6.2.pdf**
278K
-  **2019-11-08_SMS_LARE 0263_Atende obrigação 5.1.10 (ii) (iii).pdf**
246K
-  **2019-11-08_SMS_LARE 0264_Atende obrigação 5.1.14.pdf**
218K
-  **2019-11-08_SMS_LARE 0265_Atende obrigação 5.1.18.pdf**
235K
-  **2019-11-08_SMS_LARE 0266_Atende obrigação 5.1.26.pdf**
235K
-  **2019-11-08_SMS_LARE 0267_Atende obrigação 5.4.1.pdf**
236K
-  **2019-11-08_SMS_LARE 0268_Atende obrigação 5.5.7.pdf**
181K
-  **2019-11-08_SMS_LARE 0269_Atende obrigação 4 (i).pdf**
178K
-  **2019-11-08_SMS_LARE 0270_Atende obrigação 5.3.8.pdf**
254K
-  **2019-12-11_SMS_LARE 0286_Atende obrigacao 5.1.20.pdf**
211K
-  **2019-12-11_SMS-LARE 0287_Atende obrigacao 5.1.5.pdf**
212K
-  **2019-12-11_SMS-LARE 0288_Atende obrigacao 5.6.4.pdf**
221K

-  **2019-10-11_SMS-LARE 0200_Atende obrigação 5.1.9.(ii).pdf**
352K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0201_Atende obrigação 5.1.11.(i).pdf**
195K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0204_Atende obrigação 5.1.15.pdf**
220K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0205_Atende obrigação 5.1.17.(i).pdf**
198K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0206_Atende obrigação 5.1.19.pdf**
224K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0207_Atende obrigação 5.2.1.b.pdf**
187K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0208_Atende obrigação 5.2.3.pdf**
306K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0209_Atende obrigação 5.2.5.pdf**
285K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0210_Atende obrigação 5.3.1.pdf**
213K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0211_Atende obrigação 5.3.2.pdf**
195K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0212_Atende obrigação 5.3.4.pdf**
210K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0213_Atende obrigação 5.3.7.(vi).pdf**
281K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0214_Atende obrigação 5.7.1.pdf**
226K
-  **2019-10-11_SMS-LARE 0215_Atende obrigação 5.10.(iii).pdf**
221K
-  **2019-10-14_SMS-LARE 0196_Atende obrigação 3(i).pdf**
287K
-  **2019-10-14_SMS-LARE 0197_Atende obrigação 3(ii).pdf**
321K
-  **2019-10-14_SMS-LARE 0198_Atende obrigação 3.1.pdf**
361K
-  **2019-10-14_SMS-LARE 0199_Atende obrigação 3.2.pdf**
241K

Cópia



Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2019

SMS/LARE 0170/2019

Ao
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Coordenação de Estudos Ambientais - CEAM
Av. Venezuela, 110, 2º andar - Saúde
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20081-312

[Handwritten signature and date 10/09/19]

A/C: Ilmo Sr. João Eustáquio Nacif Xavier
Coordenador

Assunto: Reporte de Atendimento à Obrigação 5.1.11.2. do Termo de
Ajustamento de Conduta - TAC do Comperj.

Referência: Processo nº E-07/026.228/2019.

Prezado Senhor,

Em referência ao Processo nº E-07/026.228/2019, segue reporte de atendimento à obrigação 5.1.11.2. do TAC do Comperj, em que o MPRJ requer, de forma adicional às condicionantes de reflorestamento que serão quitadas por meio do TCRF, que a Petrobras, como medida compensatória adicional: (i) Plante e monitore 400 hectares no intramuros do Comperj na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Execute ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do Comperj até 30/12/2021; (iii) Plante e monitore 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.

Desta forma, em relação a cada um dos subitens da obrigação, informamos que:

(i) Está em andamento o contrato de serviços de restauração florestal e manutenção de 400 ha de áreas pertencentes às bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribu, compreendido no intramuros do Comperj. Até o momento, foram implantados e mantidos 71,78 ha, conforme Relatório Técnico (Anexo I);

(ii) Estão sendo executados a manutenção dos aceiros;

(iii) Plantio (já realizado) e monitoramento de 60 ha de áreas estratégicas

[Handwritten signature]

para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além do manutenção dos 100 ha já plantados por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, conforme relatório do Projeto (Anexo II).

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,


Daniele Lomba Zaneti Puelker
Gerente Geral de Licenciamento Ambiental e Relacionamento Externo

Anexo(s): Evidência de Atendimento à Obrigação 5.1.11.2. do TAC do Comperj.

